

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
**Amanda Grazielle Zaccaro**

A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA RELEVÂNCIA  
PARA O ESTADO, SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Rio de Janeiro/RJ  
2015

Amanda Grazielle Zaccaro

A FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E SUA RELEVÂNCIA  
PARA O ESTADO, SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de bacharel em Serviço  
Social.

Orientadora: Ana Izabel Moura Carvalho

Rio de Janeiro

2015

“O combate às iniquidades sociais, mais do que um ato de eficácia administrativa, constitui uma *responsabilidade moral* que nenhum governo sério deve abdicar”.

Potyara A. P. Pereira

## **AGRADECIMENTOS**

### **À Deus**

Em primeiro lugar agradeço à Deus, *pela oportunidade de realizar meu sonho*, por me mostrar o caminho através de minha fé que me fez chegar aqui, possibilitando que eu cresça a cada dia. Também, pelo convívio com seres tão especiais, que me deram cada um de sua maneira a sustentação necessária para alcançar este objetivo.

### **Aos Pais**

Agradeço a meus pais, pois a cada vitória que eu conquistei até hoje na minha vida, foi graças aos esforços de vocês, obrigado por me proporcionarem uma boa educação e principalmente por me amarem todos os dias!

### **Aos Amigos**

Aos meus amigos, pelos bons momentos. Obrigado pelo incentivo, consolo e presença.

### **Aos Familiares**

Agradeço a toda minha família sempre me dando palavras de conforto e orações. Agradeço a minha irmã pelo carinho, cumplicidade e amizade. Ao meu namorado pelo companheirismo, incentivo e atenção.

### **Aos Supervisores de estágio**

Leandro e Daiane, que me mostraram o real amor à profissão, me incentivaram e proporcionaram diferentes experiências profissionais, sempre muito amigos, atenciosos e presentes.

### **À Orientadora**

Que esteve sempre à disposição, me orientando na realização deste trabalho de uma forma amigável e cordial, incentivando-me à buscar mais conhecimento em prol da formação profissional.

### **Aos Professores**

Em especial às professoras Marileia Inoue e Fátima Valéria, que compartilharam o seu conhecimento e experiência, possibilitando o meu crescimento pessoal e profissional, durante a trajetória acadêmica.

**À TODOS O MEU MUITO OBRIGADO!**

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma contribuição para a discussão da importância da família na intervenção estatal e como ela vem sendo vista pelas políticas sociais e o Serviço Social. Vale ressaltar e entender a importância dada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) à família.

O objetivo foi definido no ponto de vista de questionar, na atual conjuntura, como as famílias em situação de vulnerabilidade social são “atendidas” pelas políticas públicas e como o Estado neoliberal vem se desresponsabilizando de sua intervenção perante a elas. Assim entende-se que o estudo está direcionada para a família em situação de vulnerabilidade social, a atuação do Estado, políticas públicas e assistência social sobre elas.

A metodologia utilizada para o melhor conhecimento do tema e alcance do objetivo proposto foi a pesquisa bibliográfica, através de levantamento bibliográfico já publicado.

Com isto, refletiu-se sobre a evolução da proteção social enquanto direito social questão social, as reconfigurações das formas de Estado e com isso as diferentes configurações da família conforme a história.

A esta discussão cabe entender por fim, o papel do Serviço Social a fim de buscar a continuidade do acesso às políticas públicas destas famílias, acesso à direitos e sua emancipação.

**PALAVRAS-CHAVE:** família, políticas sociais, Estado neoliberal, questão social.

## **ABSTRACT**

This paper presents a contribution to the discussion of the importance of family in state intervention and how it has been seen by social policies and social work. It is noteworthy and understand the importance given by the National Social Assistance Policy (PNAS) family.

The goal was set in the perspective of questioning, at this juncture, as families in socially vulnerable are "served" by public policies and how the neoliberal state has been desresponsabilizando of his address to them. Thus it is understood that the study is directed to the family situation of social vulnerability, the State action, public policy and social care over them.

The methodology used for the best knowledge of the subject and scope of the proposed objective was the bibliographical research, through literature ever published.

With this, he reflected on the evolution of social protection as a social issue social law, the reconfiguration of the forms of state and thus the different family configurations as the story.

At this discussion must be understood finally, the role of social work in order to seek continuity of access to public policies of these families, access rights and emancipation.

**KEYWORDS:** family, social policies, neoliberal state, social issue.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....   | 07 |
| 2. CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL: IMPACTOS NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA.....                            | 10 |
| 2.1 Capitalismo e questão social.....  | 10 |
| 2.2 A família na sociedade de um modo geral.....   | 13 |
| 2.3 Formação da família no Brasil, modernização e capitalismo.....                               | 18 |
| 3. QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL, SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL.....                      | 33 |
| 3.1 A questão social e suas expressões na sociedade capitalista contemporânea.....               | 33 |
| 3.2 O enfrentamento da questão social pelas políticas sociais em tempos de neoliberalismo.....   | 36 |
| 3.3 Seguridade Social, Assistência Social e Serviço Social.....                                  | 42 |
| 4. SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM DIÁLOGO COM A FAMÍLIA.....        | 46 |
| 4.1 Breve histórico da assistência social no Brasil e seu enfoque na família.....                | 46 |
| 4.2 Políticas Públicas, Serviço Social e trabalho com famílias.....                              | 50 |
| 4.3 Uma breve avaliação do trabalho do Serviço Social com famílias no meu campo de estágio ..... | 56 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 61 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....   | 65 |

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse por este tema surgiu por se tratar de uma discussão imprescindível para os profissionais que atuam junto às políticas públicas e também para todos os segmentos da sociedade, preocupados com a ampliação da cidadania, suprimimento da miséria e fim da desigualdade social, além da Assistência Social ser um tema de meu interesse.

O presente trabalho aborda o tema sobre a família em situação de vulnerabilidade social e a relevância e o enfoque que se dá sobre ela na política de Assistência Social, pelo Estado, bem como para o Serviço Social. De modo que cabe ressaltar que estas famílias estão inscritas na questão social, desenvolvendo a partir disto, o assistente social, um enfoque na realidade das famílias. Não podendo ser deixado de levar em conta a crítica às políticas sociais focalizadas e/ou seletivas e ao neoliberalismo, sendo que este último leva algumas famílias, à situação de vulnerabilidade social.

O tema de pesquisa aqui abordado tem despertado o interesse de diversos estudiosos e profissionais que atuam na área social, reunindo posições críticas e favoráveis, importantes para a construção de um saber ainda em debate.

Essa discussão é fundamental, pois, trata-se de abordar a perspectiva histórica da família, seu conceito no passado e como é nos dias atuais, o trabalho do assistente social com famílias e como ela é vista também pelas políticas públicas. A partir do enfoque histórico da política de assistência social, trazendo como era vista no passado como ajuda e favor e como é vista nos dias atuais, como direito.

O interesse por este tema surgiu por se tratar de uma discussão imprescindível para os profissionais que atuam junto às políticas públicas e também para todos os segmentos da sociedade, preocupados com a ampliação da cidadania, suprimimento da miséria e fim da desigualdade social, caracterizando como isto vem ocorrido nas diferentes formas de governo.

Levando em conta o meu campo de estágio, no Hospital Federal de Bonsucesso, no setor da emergência, uma das principais atuações do Serviço Social é o trabalho com as famílias, um dos meios seria o acolhimento desta em relação ao usuário/paciente e outra na ajuda ao suporte de rede de referência e institucionalização deste usuário/paciente, além disto, há muitas situações de desamparo de famílias cujo Estado não se responsabiliza e temos a partir disto uma dificuldade de institucionalização e também de acesso as políticas sociais do



paciente/usuário, principalmente na área da assistência social. Além do questionamento em que direção deve seguir o estudo da temática deste Trabalho de conclusão de Curso dentro do Serviço Social, que me trouxe a conclusão e o real interesse deste tema que foi a falta de diálogo entre a Assistência Social e a Saúde, bem com as outras áreas de atuação do Serviço Social, visto que a partir da minha inserção no campo de estágio era nítido ver a não articulação entre as demais áreas de atuação profissional uma vez que a assistência e a saúde eram as que mais se destacavam em relação às demandas dos usuários. Concluí que essa não articulação leva a um trabalho muitas vezes incompleto prejudicando o principal meio de intervenção da profissão, o usuário, sendo este diálogo fundamental para a realização e intervenção do trabalho, tendo em vista que o usuário se insere nas mais variadas expressões da questão social essa “passagem de bastão” entre os profissionais daria uma melhor atuação e conhecimento profissional em relação aos direitos dos usuários, o que é fundamental.

Então, tenho como objetivo demonstrar a atuação do Serviço Social com famílias em situação de vulnerabilidade social de acordo com a Política de Assistência Social e como elas são vistas também pelas políticas públicas. Para entender porque a família dita como vulnerabilizada é um dos principais focos de atuação da Seguridade Social e do Estado.

Face a este objetivo, constatou-se que a pesquisa bibliográfica seria o melhor caminho para o conhecimento desta realidade, proporcionando assim, possíveis respostas à esta questão. Esse tipo de pesquisa trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em artigos, revistas, sites, e livros, para embasamento do trabalho, buscando entender o suposto problema.

O tema será iniciado a partir de uma abordagem histórica sobre a origem da família, e das relações sociais e da propriedade privada relacionando com ela. Levando em conta que a família tem concepções históricas, desde os tempos remotos aos dias de hoje e reconfigura-se conforme o decorrer da história, adaptando-se continuamente. Com isso é relevante abordar qual a concepção de família, relativamente a partir dos tempos da família real e de família patriarcal, como ela vem aparecendo para o Estado de acordo com suas configurações, modificando assim também, a atuação da assistência social e do Estado, como é sua concepção para o Estado e juntamente para a profissão hoje em dia e porque ela é um dos principais focos de atuação estatal e conseqüentemente profissional na Política de Assistência

Social. Trata-se então, de demonstrar a atuação do Serviço Social com famílias em situação de vulnerabilidade social nos dias atuais e como ela vem se configurando e sendo vista historicamente pelo Estado e pelas políticas públicas.

Tem-se como objetivo, depois de fazer a análise histórica da família brasileira desde a família real e suas concepções e conceituações atuais, analisar porque é um dos principais focos de atuação profissional a partir do trabalho com essas famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, para além da importância profissional, buscar entender que outro foco é estudar a família, suas funções e contextualizá-la na realidade sócio-política e econômica atual, pois, a família é afetada pelas decisões e ações estatais.

A partir disto será tratado no capítulo 1, o capitalismo, a questão social e a concepção de família na sociedade, fazendo uma análise dos três conceitos e a partir desta relação entre os três conceitos, como se deu a concepção histórica da família nesta sociedade, como ela vem se reconfigurando com os processos de modernização capitalistas e como o Estado exerce sua responsabilidade pelas famílias, principalmente as de camadas pauperizadas.

No capítulo 2, serão abordados a Questão social, a política social, a seguridade social e o serviço social, no qual a partir da questão social, como a política social responde as suas múltiplas expressões, principalmente a assistência social e como o Serviço Social se insere neste processo.

Por fim, no capítulo 3, serão abordados o Serviço Social e a política pública de assistência social, que juntamente fazem um diálogo com a família. Neste capítulo será realizada uma breve análise histórica e crítica da Política de Assistência Social brasileira, e partir disto, uma análise da centralidade da família nesta política e sua importância nos tempos atuais, buscando entender o trabalho do Serviço Social com famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e dependem de políticas sociais.

A importância deste trabalho está na contribuição com a discussão deste tema, buscar contextualizar a família dentro da realidade sócio-política e econômica da sociedade e como a política de assistência social interfere para o combate a desigualdade social.

## **2. Capítulo 1: Capitalismo e questão social: impactos na formação da família**

Desde o surgimento do modo de produção capitalista, ainda no contexto da Europa medieval, alterações significativas vêm sendo verificadas na conformação das famílias.

Neste capítulo analisou-se o modo de produção capitalista, ou seja, a relação capital/trabalho, por meio da exploração da força de trabalho gerando assim a contradição entre as classes, característica mais expressiva deste ordenamento societário. Trata-se de um processo histórico, antagônico e contraditório que produz na razão de sua expansão e aprofundamento, o processo de pauperização e a chamada questão social.

### **2.1 Capitalismo e questão social**

O trabalho torna possível a produção de qualquer bem, cria valores que constituem a riqueza social, além disso, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. O homem necessita da satisfação material de suas necessidades, isso constitui a sociedade, que através de seus membros transforma a natureza em produtos para sua satisfação, isto é o trabalho.

Como afirmam José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006), o trabalho exige instrumentos e, por isso rompe com a ação imediata sobre a natureza, exigindo habilidades e técnicas e, implicando no desenvolvimento de novas necessidades, ou seja, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza e ele a transforma. É relação mediada entre sujeito e objeto.

Segundo Netto e Braz (2006) a criação de instrumentos de trabalho coloca para o sujeito o problema dos meios e dos fins e com eles o problema das escolhas. O trabalho parte de uma finalidade que é projetada, teleologicamente direcionada. Os planos subjetivo e objetivo constituem a objetivação do sujeito. A relação dialética homem/natureza expressa assim uma “dupla transformação”, ou seja, a natureza é pelo homem transformada e, este se transforma, concomitantemente, tornando-se ser social.

A partir do momento em o homem desenvolve o trabalho e se torna ser social, Netto e Braz (2006) afirmam que o homem desenvolve a práxis-objetivação humana, tanto para o controle e exploração da natureza quanto nas relações entre sujeitos, revelando o homem como ser criativo e autorreprodutivo. Entretanto, os autores em tela, apoiados na Teoria Social de Marx, destacam que desta relação

homem/natureza, mediatizada pelo trabalho, também pode resultar a alienação. Quando em sociedades marcadas pela exploração do trabalho do homem pelo próprio homem, a objetivação se configura como sendo algo estranho ao próprio homem, sujeito do trabalho.

A exploração do homem pelo homem se deu com o rompimento da organização social reconhecida como *comunidade primitiva*<sup>1</sup>, ou seja, aquela produção voltada exclusivamente para a satisfação de necessidades imediatas de subsistência. Vislumbra-se, então a possibilidade de produzir para a acumulação, surgindo, dessa maneira, o excedente econômico. A primeira forma de exploração se deu pelo *escravismo*<sup>2</sup>. Contudo, a medida em que se desenvolveu a capacidade produtiva da sociedade (aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho, das habilidades, das forças produtivas e dos meios de trabalho) esta dividiu as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros. Instaurou-se, assim, a divisão social do trabalho. Deste processo, que marcará o aparecimento das primeiras formações capitalistas, configuram-se relações sociais de produção determinadas pelo regime de propriedade dos meios de produção, se é coletiva ou privada, o qual vai fundamentar o modo de produção.

Na sociedade burguesa, a partir da formação de um *Estado Nacional*<sup>3</sup>, a centralização do poder e expansão das atividades mercantis possibilitaram o nascimento da *manufatura*<sup>4</sup>, onde a partir da propriedade privada, se produz a mercadoria em troca de dinheiro, em mais valia com o argumento de satisfazer as necessidades humanas. Só produz mercadoria quem detém a propriedade privada dos meios de produção a partir da exploração e divisão do trabalho, com o objetivo de obter lucro. O que caracteriza a *produção mercantil capitalista*<sup>5</sup>, é a exploração da força

---

<sup>1</sup> segundo Marx em *manifesto do partido comunista (1848)*, são as formas da sociedade pré-histórica, antes da formação do Estado e das classes sociais.

<sup>2</sup> prática social em que se introduziu a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, com incremento da produção de mercadorias, estimulou o comércio entre sociedade. O trabalho era realizado sob coerção aberta e o excedente produzido pelo escravo lhe era subtraído mediante violência. (NETTO e BRAZ, 2006, p. 66 e 67)

<sup>3</sup>centralização do poder através da queda do feudalismo e surgimento do Estado absolutista (NETTO e BRAZ, 2006, p. 72)

<sup>4</sup>representa um período de decomposição das atividades dos artesãos. Esse período “simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, ela cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples” (MARX, 1968: 392)

<sup>5</sup>modo de produção em que o proprietário capitalista compra força de trabalho que irá produzir mercadorias com os meios de produção que pertencem ao capitalista (NETTO e BRAZ, 2006, p. 83)

de trabalho assalariada, existindo a contradição de classe social entre *explorador*<sup>6</sup> e *explorado*<sup>7</sup>, constituindo a *acumulação primitiva*<sup>8</sup>, fez surgir a relação capital/trabalho.

A partir do capitalismo e da força de trabalho vão surgindo novas necessidades de aperfeiçoamento com o crescimento da manufatura, da divisão do trabalho e o desenvolvimento do capital, que exigem a especialização das atividades, aumento da produtividade e novas formas de exploração. Ou seja,

a forma histórica da produção é também a forma de sua reprodução: a produção capitalista determina a forma capitalista da sua reprodução. O modo de produção capitalista particulariza-se, historicamente, por uma reprodução peculiar, que se torna compreensível quando se leva em conta a acumulação de capital. Sem acumulação de capital, o modo de produção capitalista não existiria. (BRAZ e NETTO, 2006, pag. 124).

Quanto maior a exploração da força de trabalho maior será a mais-valia e a acumulação. Quando o capitalista (detentor dos meios de produção) pode aumentar essa exploração por meio do aumento da jornada de trabalho, exigindo mais produtividade, inovação tecnológica, diminuindo o salário. Um dos impactos da acumulação capitalista na classe trabalhadora é formação do *exército industrial de reserva*<sup>9</sup> ou seja, que não conseguem se inserir no processo de produção, ou de trabalho. O capitalista se faz valer deste contingente de desempregados para pressionar o salário para baixo e, também um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento. Assim, essa massa de desempregados torna-se componente necessário à própria dinâmica do capitalismo. A demanda por força de trabalho pelo capitalista aumenta ou diminui conforme o nível de acumulação. Abaixo do exército industrial de reserva há uma população que se denomina, de acordo com Marx (1984) de *lumpem proletariado*<sup>10</sup>. Tratam-se daqueles indivíduos que não estão inseridos no processo de produção, mas que constituem a massa de reserva dele são os que vivem na miséria e no pauperismo, que não encontram emprego, ou ainda, os órfãos, as viúvas, os enfermos, os indigentes, etc.

---

<sup>6</sup>detentor dos meios de produção.

<sup>7</sup>Trabalhador assalariado, mão de obra barata do explorador.

<sup>8</sup>Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista.[... Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984, I, 2:262)

<sup>9</sup>um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho (NETTO e BRAZ, 2006, p. 132)

<sup>10</sup>“asilos para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. (MARX, 1984, I, 2:209)

O modo de produção capitalista além de produzir e reproduzir mercadorias, também reproduz relações sociais. De um lado, alguns sujeitos compram a força de trabalho para produzir mercadorias e lucrar e, do outro lado, alguns, muitos vendem a força de trabalho, pois este é o único bem que possuem. Portanto, “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põe frente a frente capitalistas e proletários.” (Netto e Braz, 2006, p. 136). O resultado disto é uma classe que detém o capital e outra que se torna mais vulnerabilizada, progressivamente, de acordo com a acumulação, resultante de implicações históricas na qual se destaca a *Lei Geral de Acumulação Capitalista*<sup>11</sup>, onde o resultado é o crescimento da riqueza social igualmente com o enorme crescimento da pobreza. Conforme a passagem abaixo,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. (MARX, 1984, I, 2: 209).

Assim, a vigência da lei geral de acumulação, segundo Netto e Braz 2006, e suas evidências se dão no debate da questão social engendrada no capitalismo. Entretanto, a chamada questão social adquire novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação de capital, com as crescentes mudanças nos processos de produção. Sendo dessa maneira insuprimível a este modo de produção, ou seja, o alicerce do capitalismo é a própria exploração de classe.

## **2.2 A família na sociedade de um modo geral**

Os processos de produção de mercadorias, ou seja, a produção de vida material e imaterial determina a maneira como os indivíduos se aglutinam. Ou ainda, determina a própria formação de grupos humanos e como estes produzem sociabilidades. Historicamente, os homens, por meio do trabalho e de sua relação com a natureza, constroem laços e vínculos entre si para assegurarem a sua própria reprodução social. O aparecimento da chamada sociedade burguesa e seu

---

<sup>11</sup>à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja o seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar. [...] A acumulação] ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto. (MARX, 1984, I, 2:210)

ordenamento social – o modo de produção capitalista – como decorrência do esgotamento da “antiga organização feudal” ainda no contexto da Europa medieval, alterou substantivamente nas formas de sociabilidade da chamada cultura ocidental.

Nesta monografia não se pretende analisar a trajetória do capitalismo e, tampouco as múltiplas transformações nas formas de vida provocadas pelas transformações nos processos produtivos. Os limites desse estudo se referem a uma breve problematização sobre as alterações provocadas na família a partir das novas conformações do capitalismo, especialmente no Brasil a partir da virada do século XIX para o século XX. Esta delimitação de tempo e espaço é importante, não apenas para situar os limites desta monografia, como, principalmente, destacar que as alterações e permanências nos chamados arranjos familiares brasileiros devem ser analisadas à luz das mudanças culturais ocorridas no Brasil a partir do esgotamento da economia agrário-exportadora e o aparecimento das primeiras fábricas e as primeiras experiências de urbanização, ou seja, os chamados processos de modernização experimentados no Brasil a partir da introdução de dois processos articulados: a industrialização e a urbanização, sobretudo a partir da década de 1930.

Em um contexto mundial, segundo Hobsbawm, (1993) em seu capítulo sobre revolução cultural, aborda o fato que, no século XIX a humanidade partilhava de características culturais, como o casamento formal, a superioridade dos maridos em relação às esposas – que se denomina como patriarcado - e dos pais em relação aos filhos, etc. A partir da evolução de unidades familiares é que em meados do século XIX e XX a ideia de família nuclear se tornou como modelo padrão da sociedade.

Segundo o autor, já na segunda metade do século XX é que esses arranjos começaram a mudar devido a alguns fatos e demandas, como por exemplo a efetivação do divórcio, diminuição de casamentos, redução do desejo de filhos, mães solteiras, homossexualidade e pessoas vivendo só. Com isso a família nuclear entra em declínio, como efeito à crise da família e à mudanças.

Outro fato destacado por Hobsbawm (1993), é que há um aumento de uma cultura juvenil específica que estava indicando para uma mudança de relação entre gerações, que causava uma tensão junto a seus pais, por exemplo. Antes vista como estágio de preparação para a vida adulta, agora a novidade é que a juventude é dominante no mercado consumidor pelo seu grande poder de compra, influenciada principalmente pelo avanço da tecnologia.

Com este avanço na cultura e juvenil teve-se também, influenciada por isso, uma revolução nos modos e costumes, na cultura e na conduta social, a partir de movimentos públicos e expressão de desejos. As pessoas se tornam politizadas, surgem manifestações revolucionárias. Como diz o autor

A revolução cultural de fins do século xx pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. [...] Nas sociedades mais tradicionais, as tensões iriam se mostrar basicamente na medida em que o triunfo da economia comercial solapava a legitimidade da ordem social até então aceita, baseada na desigualdade, tanto porque as aspirações se tomavam mais igualitárias quanto porque as justificações funcionais da desigualdade estavam erodidas. (HOBSEBAWM, 1993 p. 328 e 329)

Assim, as instituições mais afetadas pelo individualismo foram a igreja e a família. Houve no século XX “exigências” sociais – o que será tratado posteriormente neste trabalho - como controle de natalidade, aborto, direito de divórcio, assim se afrouxou laços tradicionais da família, o que foi sério, pois, segundo autor “a família não era apenas o que sempre fora, um mecanismo para reproduzir-se, mas também um mecanismo para a cooperação social”. (p. 331)

Do ponto de vista de Hobsbawm (1993), com a grande necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, com o aprofundamento e surgimento de novas expressões da questão social - o que também será analisado em breve neste trabalho - passam a surgir Estados assistenciais que garantiam um mínimo de sustento, abrigo e serviços previdenciários. Casas de acolhimento cuidavam de idosos dos quais filhos e filhas não podiam cuidar, cresce o número de creches no qual há a transferência do cuidado da mãe, ou seja, o que antes pertencia à família, agora há a transferência de cuidado. Sobretudo com a implementação da ideologia neoliberal na qual devido ao desemprego, famílias dependiam da instituição pública para complementar a renda, eram camadas onde a coesão da família em grande parte se rompera. Em geral, era uma vida de status e renda desiguais.

Esta ideia passada pelo autor será retomada ao longo deste trabalho, neste momento abordo alguns conceitos de família de um modo geral dentro desta sociedade a ser ampliado e discutido posteriormente.

Como diz a sociologia, a família, se dá por um conjunto de pessoas que se encontra unido por laços de parentesco e que se classificam por afinidade ou consanguineamente. Assim, a família pode ser considerada como um grupo social no qual há indivíduos que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e



grandiosa trama de emoções e sociabilidades. As passagens abaixo ilustram o potencial da família como conformadora de sociabilidades, sendo por isso, tão relevante na elaboração e implementação de políticas públicas, especialmente, a política de assistência, como se pretende mostrar com esta monografia, seguem as passagens:

A família é uma construção social que varia segundo as épocas, mas que permanece somente o sentimento familiar, formado por emoções pessoais e culturais compondo o universo familiar e o meio social que cada família vive.” (AMARAL, 2001 apud WIESE e SANTOS,p.4).

Petrini (2003) acrescenta que

no decorrer da evolução histórica, a família permanece como matriz do processo civilizatório, como condição para a humanização e para a socialização das pessoas. A família tem sido, é, e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter das pessoas. (PETRINI ,2003 apud GOMES e PEREIRA, 2005, p. 358)

Pode-se entender com isto, que a família produz significado e lembrança únicos para cada indivíduo, que se insere em um meio por meio da cultura e do grupo social que se identifique. Esta pertença a um grupo leva a entender que a família deve ser estudada de modo contextualizado, considerando a subjetividade de cada ser. Portanto a família se constrói a partir de elementos da realidade, e a partir disto, tomando como base a família pobre - marcada pela fome e pela miséria- a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade.

Para Kaloustian & Ferrari

a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. (KALOUSTIAN E FERRARI, 1994 apud WIESE e SANTOS, p.5)

Não é necessário nenhum decreto do Estado para que ela venha a existir, sua existência flui naturalmente conforme mudanças e realidades constantes na natureza do homem e sua forma vem sendo aperfeiçoada pelo desenvolvimento de normas sexuais e pelo avanço da civilização historicamente.

A família, na sociedade se dá por meio de uma associação voluntária, e não é um produto de políticas, e se torna necessária por realidades biológicas e sociais, assim como a estrutura da economia de mercado, se torna voluntariamente. O capitalismo apenas reforçou a instituição do casamento e da família nas relações sociais.

Assim, pode-se entender que tanto a família quanto o capitalismo compartilham das mesmas fundações institucionais e éticas, pois o capitalismo reforça a instituição da família, sua moral e ética.

Segundo Ludwig von Mises (1922), não é nenhuma coincidência que a ascensão do amor livre tenha acompanhado a ascensão e o completo desenvolvimento do Estado assistencialista. A ideia da emancipação da necessidade de trabalhar (e de poupar e de investir) e da emancipação de nossa natureza sexual tem origem em um mesmo impulso ideológico: superar as realidades estabelecidas pela natureza. Como resultado, a família sofreu e entrou em declínio — exatamente como Mises previu que aconteceria.

Ainda assim, contraditoriamente, o capitalismo vem exercendo um forte ataque à família como, por exemplo, nos ataques radicais à liberdade e à família que políticas governamentais como leis que proíbem o trabalho infantil, a obrigatoriedade de colocar os filhos em escolas (cujos currículos são estipulados pelo governo), seguridade social (que desestimula a necessidade imperativa da poupança), altos impostos e medicina socializada representam.

Contudo, para além disto, dentro do âmbito familiar, segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

O que se afina com Sarti (1996) quando afirma que: A família não é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual,

o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua explicação do mundo.

Nos dias atuais, o conceito de família, na constituição vigente, em seu artigo 226, §§ 3º e 4º, abrange tais arranjos: como a união formada por casamento; a união estável entre homem e mulher e a comunidade formada por qualquer um dos genitores. Na (PNAS/2004, p.41) a família é entendida como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”.

A (NOB/SUAS/20052, p.90), compreende o seguinte conceito de família “como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero”.

Pode-se entender assim, portanto que, as funções da proteção social previstas na assistência social elegem a família como foco de atenção e apoio na concretização de direitos, como será tratado adiante.

### **2.3 Formação da família no Brasil, modernização e capitalismo**

Segundo Itaboraí, (1999), quando faz uma abordagem à obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, se relata sobre a descrição da família patriarcal colonial brasileira, na qual é uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e sua esposa e também sobre os agregados e escravos. Esta imagem acabou sendo hegemônica e configurou a época quanto a caracterização do que seria a família no período colonial brasileiro.

Para este autor, a família patriarcal não está vinculada apenas a autoridade patriarcal entre seus membros, como também a uma unidade política, econômica e social que terá um papel fundamental na definição de nossa história e formação do Brasil, pois o a ideia de colonizador - como cuidar do solo e comprar escravos - que se fez construir este país, desdobra-se em política. Construindo assim, uma política de “mando” que para além de relações privadas vai para o domínio público onde se cultiva as relações familiares e a interação entre a casa grande e a senzala, bem como a mistura de raças estendendo-se as relações autoritárias que se dão no núcleo

doméstico para nossas relações sociais. A partir disto, entende-se que o político no Brasil, é algo que se dá a partir das relações sociais já existentes, que são famílias, portanto esses princípios familiares também terão peso nas relações políticas que se constroem.

Entendo que a família vem acompanhando todas as mudanças da sociedade como instituição histórica, bem como incorporando novos valores, organização de acordo com a ideologia dominante e necessidades sociais, culturais econômicas e políticas da época.

No Brasil, ao longo de toda história, o processo de modernização se deu por características conservadoras, ou seja, revoluções conservadoras que não rompiam com a ordem política e social vigente. Estas revoluções, como característico do país, sempre se deram pelo alto, por lideranças das elites, uma tendência como dito, conservadora, no qual marcou a introdução e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desde a Velha República até as décadas de 1930 e 1964, que só começou a se esgotar no final da década de 1970 com a pressão dos movimentos sociais pela retomada da democracia no país.

Como observa Coutinho (1992), mesmo assim, ainda de forma muito tímida, por mais que a transição democrática dos anos 1980 se caracterizasse pelo protagonismo popular fazendo pressões de “baixo para cima”, as negociações entre as elites dominantes prevaleciam sobre as demandas populares. O Estado Nacional liberal servia na prática, como instrumento de dominação, organizado para atender aos interesses econômicos, sociais e políticos das classes dominantes, portanto, não produziu mudanças reais nas relações de produção.

Segundo Maria Fátima Araújo (2011) e, com breve enfoque ao período colonial, entende-se que a autonomização do país iniciou-se como um fenômeno especificamente político, com foco agrário e na lavoura em que dinamizou a economia interna que era voltada para a exportação. Os modelos econômicos transplantados somente intensificavam a economia dependente, não tinham por meta criar processos de desenvolvimento interno. Assim, em seguida a abolição da escravidão se tornou necessária para acabar com a ordem senhorial e introduzir e expandir o capitalismo, tornando com isso, a homogeneidade do comércio da classe burguesa, a mais nova

classe dominante deste período, marcada e preocupada apenas com a acumulação do capital.

Retomando, no período colonial, a forma de organização da família era patriarcal rural brasileira, que resultou da adaptação do modelo de família, trazido pelos portugueses, ao modelo socioeconômico vigente no país. Pode-se dizer que os primeiros colonos portugueses que aqui chegaram estabeleceram uma ordem econômica e social de acordo com seus interesses, desde que não interferisse nos interesses de Portugal. A partir disto, não é equivocado dizer que os proprietários de terra eram dominantes e “mandavam” sozinhos no início do período de colonização, assim a família latifundiária acumulou uma enorme massa de poder e sob seu poder e proteção viviam sua mulher, filhos, parentes, escravos e agregados.

Contudo a família patriarcal começa a mudar com a chegada da corte portuguesa- que segundo o autor Boris Fausto (1996) o motivo desta vinda foi que Napoleão em princípios do século XIX, movia na Europa uma guerra contra a Inglaterra, que trouxe consequências para a Coroa portuguesa. O fato foi que Napoleão controlou toda a Europa e impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra (inimiga da França) e o continente. Portugal era o único país do continente que se negava a participar de tal bloqueio, e era preciso fechá-la, com isso, aproximadamente em novembro de 1807, tropas francesas avançaram em direção a Lisboa, foi devido a este fato, temendo a invasão francesa, que o Príncipe Dom João, decidiu-se logo pela transferência da Corte para o Brasil, no qual embarcaram em navios portugueses sob a proteção da frota inglesa a corte de Portugal com ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero, além do tesouro real e arquivos do governo.

Logo na chegada da família real foi decretada a abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Além deste processo também ocorreram segundo Boris,

Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas.(FAUSTO, 1996, p.76)

Essa abertura favoreceu os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação, pois se livravam do monopólio comercial da Metrópole.

Outro aspecto foi que com a vinda da família real, se deslocou o eixo da vida administrativa para a Colônia, mudando também sua a fisionomia, trazendo o acesso a livros e enfoque em uma vida cultural, com abertura de teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, trazendo assim, a uma população urbana em rápida expansão, como queria a Corte. Este processo alavancou o número de habitantes, principalmente no Rio de Janeiro que era a “capital” e local onde a Corte se instalou, sendo que muitos dos novos habitantes eram imigrantes.

Esta mudança da família patriarcal foi dada a partir da introdução de elementos modernizadores a fim de criar uma nova ordem social e política, como diz Maria Fatima Araújo,

A instalação da família real no Rio de Janeiro acelerou o processo de modernização e urbanização da cidade, a população aumentou consideravelmente e seus novos habitantes – aristocratas, diplomatas, comerciantes estrangeiros – passaram a impor novas formas de sociabilidade, hábitos e costumes, que passaram a ser imitados pela população local. O modelo de família moderna, gestado na Europa, no seio da burguesia, foi introduzido na sociedade brasileira, apesar de ainda predominantemente latifundiária e escravagista... A família burguesa apresentava-se com uma estrutura reduzida, composta pelo casal e filhos, e uma organização hierárquica baseada em uma rígida divisão de papéis sexuais e separação dos espaços público e privado. Ela também instituiu um conjunto de novos valores e atitudes em relação à intimidade, à vida privada, ao relacionamento familiar e à educação dos filhos. A tradicional família patriarcal rural e extensa foi gradativamente, ao longo do século XIX, absorvendo os valores típicos da sociedade burguesa, mas mantendo sua matriz patriarcal, hierárquica e autoritária reforçada pelos ideários cristão e positivista. O pensamento católico e o pensamento positivista tiveram uma enorme influência na formação dos valores e mudanças operadas na família brasileira no período de 1870 a 1950. Ambos defendiam o modelo de família hierárquica com papéis, posições e comportamentos bem definidos: o homem - marido, pai e provedor – era o chefe da família; à mulher, esposa e mãe, cabia o cuidado do lar, procriação e educação dos filhos, submissa e fiel. (ARAÚJO, 2011, p. 184).

Assim, entende-se que com o processo de modernização se deu uma efetiva urbanização à colônia e com isso o aumento de habitantes que exigem novas “formas sociais”. O modelo da família burguesa, da chamada civilização europeia, foi imposto no Brasil e juntamente se instituiu um conjunto de novos valores e atitudes a este âmbito familiar, mas que ainda assim manteve suas bases patriarcal, autoritária e hierárquica com base nos princípios e valores do positivismo e do catolicismo.

A influência dessas duas correntes de pensamento, com forte tendência conservadora, predominou até a primeira metade do século XX, quando o pensamento liberal ganha força com o impulso da modernização capitalista. Sob a influência das ideias liberais que, dentre outras coisas, combatia o autoritarismo da família, incentivava a participação das mulheres na vida

social e criticava a rigidez na educação ministrada nos colégios católicos, a família brasileira começa a assumir um caráter mais progressista e os padrões conservadores que a dominaram por mais de um século começam a entrar em crise. (ARAÚJO, 2011, p. 186).

Com um salto a outro período importante e característico de mudanças na sociedade brasileira tem-se o pós-64 que trouxe a aceleração do processo de modernização e consequências econômicas e políticas e seu impacto na vida social e familiar. Segundo Netto, (2011), a ditadura emergiu no Brasil e inseriu-se num contexto que transcendeu largamente as fronteiras do país, de modo internacional por uma sucessão de golpes de Estado, pela influência da hegemonia imperialista norte-americana através de um discurso preventivo contra a revolução socialista em escala planetária.

adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro de inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.(NETTO, 2011, p. 16)

Os resultados gerais deste processo caracterizado de contra-revolução por José Paulo Netto levam a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado aos interesses imperialistas, onde há uma integração mais dependente ao sistema capitalista, no qual se tinha estruturas políticas garantidoras da exclusão de pessoas vinculadas aos projetos populares e democráticos através de um discurso e uma prática policial-militar anti-comunista. Esses resultados, entretanto, alcançaram-se mediante vias diferenciadas e específicas que se concretizaram em cada sociedade que se materializaram.

No período de ditadura militar, diante da ameaça de expansão de movimentos democráticos, as forças capitalistas passaram a exigir “estabilidade política” dos países periféricos em troca de ajuda econômica e financeira.

O projeto modernizador implantado pelo governo militar atendia a essa exigência: defendia a estabilidade da ordem e o desenvolvimento com segurança. Tinha como meta uma modernização conservadora da economia baseada em uma concepção de progresso alcançado através do trabalho, da disciplina e submissão ao Estado de acordo com a ideologia de segurança nacional. (ARAÚJO, 2011, p. 186)

Este processo para implementação do projeto modernizador se deu através do desenvolvimento econômico e expansão de indústrias no qual se tinha apenas

interesses no monopólio e desenvolvimento do capital. Deste modo, o Brasil sofreu com consequências negativas devido ao enfoque à aceleração do processo de modernização.

Entretanto, paralelamente à ideologia desenvolvimentista<sup>12</sup>, instalou-se uma política repressiva e autoritária militar que reprimiu todos os setores da sociedade, calando qualquer manifestação que ameaçasse a esta nova ordem.

Este processo de desenvolvimento que foi baseado na dependência do capital estrangeiro teve consequências desastrosas:

aumentou consideravelmente a concentração de renda nas mãos de uma minoria, acentuou as desigualdades regionais, e instaurou um processo de pauperização sem precedentes no mundo contemporâneo, provocando uma crise e levando a movimentos democráticos as ruas. (ARAÚJO, 2011, p. 187)

Como consequência este processo de transição conservadora, de desenvolvimento econômico e modernização gerou uma insatisfação da população, pois com ele ocorreu o empobrecimento desta, inflação, exploração. Assim, no pós-ditadura, com a retomada da democracia juntamente ao movimento populacional, muitas conquistas democráticas pedidas por tais movimentos da população foram instituídas na Constituição Federal de 1988, através da mobilização da sociedade civil.

Contudo este período ditatorial foi marcado também por mudanças importantes na sociedade brasileira e que tiveram um impacto significativo na vida social e familiar como dito a seguir:

É importante destacar que apesar das dramáticas consequências econômicas (crise do “milagre”) e políticas (autoritarismo e repressão às liberdades e direitos democráticos) o projeto modernizador implantado pelo governo militar, trouxe mudanças importantes, como a expansão da industrialização e urbanização, avanço da tecnologia, difusão dos meios de comunicação de massa, desenvolvimento da indústria de serviços que promoveu a racionalização de muitas atividades domésticas, desenvolvimento da indústria cultural e consolidação do mercado de bens e consumo. Tais mudanças tiveram um enorme impacto na vida social e familiar, especialmente sobre as camadas médias urbanas, segmentos mais expostos a veículos e ideologias modernizadoras. (VELHO, 1981; SALEM, 1986; FIGUEIRA, 1987, apud ARAÚJO, 2011, p. 188).

---

<sup>12</sup>a ideologia em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. [...] A ideologia desenvolvimentista se define, assim, por meio da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança. Ela se torna dominante no governo Juscelino Kubitschek. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 359 e 360)



Esse impacto supracitado causado pelo projeto modernizador pode ser observado tanto no âmbito econômico - mudança no padrão de consumo, aspirações de ascensão social - quanto no âmbito social e cultural – mudança de comportamento de hábitos e valores.

Assim, com a expansão do mercado, o consumismo passou a ser imposto pelo mercado e pela mídia e a dominar a vida individual e familiar, a família tornou-se com isso, uma grande consumidora de bens e serviços em todas as áreas, a partir da imposição industrial de família moderna que procura a ascensão social e status.

A indústria passa com isso a além de manipular, a investir e criar mercadorias - de todas as áreas - para simplificar o trabalho doméstico e familiar incentivando cada vez mais ao consumo.

Este processo de manipulação à ascensão social, dado no Brasil na transição entre os séculos XIX e XX, impulsionou o ingresso das mulheres no mercado de trabalho,

tanto pelo aumento de oportunidades de trabalho criadas pelo desenvolvimento econômico e indústria de serviços (área que absorveu grande parte de mão-de-obra feminina) quanto pela necessidade das famílias de manterem o padrão de consumo. (ARAÚJO, 2011, p. 189)

Segundo Maria Fatima Araújo,

Neste processo, a televisão teve um papel fundamental na difusão da indústria cultural e de serviços, no fortalecimento da ética consumista e na produção de novas necessidades, valores, hábitos e costumes. (ARAÚJO, 2011, p.189).

Esta manipulação do consumo, do sujeito e da família gerou uma falta de perspectiva política que favoreceu o desenvolvimento de uma cultura individualista voltada para a subjetividade individual, deslocando a busca da liberdade e igualdade para o campo das relações pessoais e familiares fazendo com que as lutas pelas liberdades ficassem restritas à liberdade individual e também sexual.

Além disto, é importante citar que

Ao longo da década de 1970 o culto às drogas e à liberdade sexual ocupou o espaço do questionamento político entre os jovens, nos grandes centros urbanos. Assim, tradicionais valores como virgindade feminina e casamento formal, [...], foram totalmente invertidos. (ARAÚJO, 2011, p. 190)

O comportamento das vanguardas e dos jovens era de se liberar sexualmente e morar junto sem casar, especialmente entre os segmentos médios dos grandes centros urbanos.

Assim, não só no Brasil, mas como em outros países capitalistas a família tornou-se alvo de críticas e questionamentos, por sua tradição autoritária, conservadora e repressora. Pois nos anos 1930-1950, se idealizavam a moral e bons costumes e, a partir da década de 1970 houve uma crise destes valores impondo novas formas de padrão de moral e papéis a partir da imposição de *novas ideologias sociais*.

Esse processo de democratização da família ocorreu junto retomada da democracia no país e expansão das conquistas de movimentos sociais, principalmente feministas devido a emancipação feminina que se gerou a partir do ingresso da mulher no mercado de trabalho que favoreceu a reorganização dos papéis e relações de poder dentro da família, e, também o surgimento de novos arranjos conjugais e familiares. Para além disso, outros avanços foram conquistados referente a garantia de direitos dentro da família conforme a partir da promulgação da Constituição de 1988.

No entanto, o que se caracteriza em avanços dos direitos sociais juntamente com a crescente das lutas sociais que vão contra ao regime da ditadura não se realiza devido ao fato deste regime entrar em crise. A esse processo corresponde uma reação da classe popular trabalhadora da sociedade em geral contra o regime ditatorial e buscando sinalizar uma demanda pela abertura política no país.

A ditadura se manifestou culturalmente no Brasil segundo José Paulo Netto por três ordens de fenômenos

1. Um traço econômico social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômicas-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas, não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica[...] 2. Uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política.[...] 3. O específico desempenho o Estado na sociedade brasileira - trata-se da sua particular relação com as agências da sociedade civil[...] tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas. (NETTO, 2011, p. 18)

O Estado que se estrutura depois do golpe de abril de acordo com José Paulo Netto, “concretiza o pacto contra-revolucionario exatamente para assegurar o esquema de acumulação.” (NETTO, 2011, p. 27). Ou seja, tem por finalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, intervém diretamente na economia onde repassa a renda para os monopólios, e para isso ele é antinacional, antidemocrático, reprime a mobilização e aprofunda a exclusão, portanto tem funcionalidade econômica e política.

A acumulação de capital, os ganhos da produtividade e a manutenção da estabilidade econômica revelam, então, seu lado perverso. A pauperização da classe trabalhadora nesse período se expressa numa urbanização marcada pelo desemprego, inflação, conflitos pela posse de terra e violência. À crise instaurada nesse período respondia o Estado através da repressão aos movimentos sociais e do alinhamento econômico aos ditames neoliberais de racionalização dos gastos sociais e ajuste fiscal. A lógica da competitividade envolve os mercados nacionais mundializando o capital e demandando ao Estado o desmonte das políticas sociais de forma a adequar o trabalho à forma de acumulação que preconiza a flexibilização da produção, dos produtos e do consumo, desregulamentação de direitos trabalhistas, participação da iniciativa privada na prestação de serviços e bens sociais e o amplo emprego da tecnologia na produção.” (SANTOS, 2007, p.3)

Assim o que repercute na classe trabalhadora de um modo geral é o que por conclusão, acontece no Brasil e demais países subdesenvolvidos, onde a condição econômica é incapaz de acompanhar uma resposta demandada pela crise do capital. Então, a classe trabalhadora sofre com a frágil participação do Estado na regulação trabalhista e o que repercute é a impossibilidade de recomposição da força de trabalhadora dentro dos princípios democráticos preconizados pelas lutas sociais no contexto da abertura política.

Com olhar sobre a década de 1980, no universo da produção adota-se a lógica toyotista juntamente com a lógica competitiva e no universo do trabalho há a extração da mais-valia relativa<sup>13</sup> que,

faz crescer o exército de reserva, o trabalho precário, desregulamentado e a imposição ao indivíduo da crescente capacitação profissional como discurso ideológico da possibilidade de inclusão no trabalho. (SANTOS, 2007, p. 4).

No universo da classe trabalhadora tem-se o caráter contributivo e compulsório dos seguros sociais que é contraditório com o contexto de desassalariamento desta

---

<sup>13</sup>Quando não dispõem de condições políticas que lhes permitam a ampliação da jornada de trabalho, os capitalistas tratam de encontrar meios e modos de reduzir, no seu interior, a parte relativa ao trabalho necessário: se se mantém um limite para a jornada (por exemplo: oito horas), o que se reduz no tempo de trabalho necessário se acresce no tempo de trabalho excedente. [...] A redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução. (NETTO E BRAZ, 2006, p. 109).

classe, pois o ingresso em uma atividade no mercado formal de trabalho é condição para o acesso a direitos sociais. Assim as respostas demandadas pelo processo de democratização apontam para a universalização de direitos, uma vez que a resposta à crise do capital aponta para a imposição do Estado mínimo em relação ao social e às políticas públicas, acompanhando a tendência neoliberal.

É fato que esta década foi marcada por lutas contra o Estado autoritário e seus reflexos sociais como o aumento da pobreza, através de anseios populacionais pela democracia. Com a implementação da Nova República e Sarney (governo marcado pelo fim da ditadura militar que teve início em 1985, marcado inicialmente pela presidência de José Sarney e instituição da Constituição Federal e 1988) no poder, ao aprofundamento do capitalismo monopolista e estratégias de enfrentamento à pobreza como uma forma de conter a população por meio de políticas sociais.

Segundo Neres (2013), neste contexto o Serviço Social passa a discutir os Códigos de Ética anteriores influenciado pelo movimento de Reconceitualização gestado a partir dos anos 70, que ainda assim se mostrou insuficiente levando a uma necessidade de revisão e instituindo-se o Código de Ética de 1993. (Nos primórdios da profissão, suas entidades de representação se constituem como autoritárias, onde não havia um espaço coletivo de interlocução, devido ao fato da concepção conservadora ser marcada pela profissão, com caráter despolitizado e acrítico. Esse conservadorismo também era visto nos Códigos de Ética de 1965 e 1975 marcados pelo neotomismo e positivismo. Vinculado ao processo de Reconceitualização houve um novo processo de posicionamento da categoria profissional e de suas entidades buscando a redemocratização, foi a partir deste momento que se teve início a um processo de debates visando a alteração do Código de Ética de 1975, aprovando o Código de 1986, porém em 1991, apontava a necessidade de revisão desse instrumento afim de uma maior eficácia de seus princípios, incorporando assim uma revisão de pressupostos históricos, teóricos e políticos, avançando para o Código de Ética de 1993).

O contexto de democratização desta década tem como sistematização maior a promulgação da Constituição de 1988, que incorpora em seu texto os anseios de segmentos identificados pela luta por democracia e justiça social. No entanto, há a impossibilidade desses princípios serem efetivados devido à reestruturação das políticas de forma a melhorar a eficácia do Estado como agente social.

Assim, se entende que nesta década de 1980, há um caráter contributivo contraditório dos seguros sociais, visto em conta do processo de ingresso em uma atividade no mercado formal como condição de acesso aos direitos, isto torna limitada a efetivação do Sistema de Seguridade Social no Brasil.

Na década de 1990 com a instituição, do que já estava sendo previsto, do neoliberalismo inicia-se um processo de retirada das contribuições sociais públicas, cortes de direitos sociais junto a uma redução do estado, se defendia o Estado mínimo para a sociedade em prol do Estado máximo para o mercado e o capital.

Como uma das imposições neoliberais o ajuste fiscal é implantado como justificativa ao ingresso da economia nacional no mercado competitivo e tem, por consequência, a priorização de políticas assistenciais focalizadas e seletivas caracterizadas por uma interpretação de política social restritiva de direitos. (SANTOS, 2007, p.5).

Contudo, havia uma demanda popular que caminhava para um processo de democratização e universalização de direitos e ao mesmo tempo e de acordo com a resposta à crise do capital o que se tem é a desresponsabilização do Estado diante das políticas públicas acompanhando a tendência neoliberal, acontecendo assim, um desmonte dos direitos sociais.

Este processo de políticas sociais focalizadas gerou consequências diretamente à classe trabalhadora, que teve que obter critérios para participar destas, além de não satisfazer a necessidades gerais desta classe e servir como um processo de repressão e contenção desta.

A partir da década de 1990 e com algumas transformações no processo de produção, como a flexibilização<sup>14</sup> e a desregulamentação<sup>15</sup> do trabalho, houve mais consequências para a classe trabalhadora e a unidade social familiar, que foi prejudicada por

um modelo de acumulação mais intenso que o fordista e que se caracteriza pela exigência de uma maior exploração do trabalhador, tanto de sua força física quanto intelectual, num processo de produção tecnologicamente

---

<sup>14</sup>A flexibilização do direito do trabalho é também entendida como um instrumento de adaptação rápida do mercado de trabalho. Neste sentido é concebida como a parte integrante do processo maior de flexibilização do mercado de trabalho, consistente no conjunto de medidas destinadas a dotar o direito laboral de novos mecanismos capazes de compatibilizá-lo com as mudanças decorrentes de fatores de ordem econômica, tecnológica ou de natureza diversa exigentes de pronto ajustamento”.(NETO, 2006 apud LUSTOSA, 2014, p.2)

<sup>15</sup>A desregulamentação retira a proteção do Estado ao trabalhador, permitindo que a autonomia privada, individual ou coletiva, regule as condições de trabalho e os direitos e obrigações advindos da relação de emprego. Já a flexibilização pressupõe a intervenção estatal, ainda que básica, com normas gerais abaixo das quais não se pode conceber a vida do trabalhador com dignidade. (SÚSSEKIND, 2003, p. 52).

sofisticado, em que a força humana é cada vez mais secundarizada em relação às máquinas. (SANTOS, 2007, p.2)

Estas transformações no processo de produção refletiram no cotidiano da classe trabalhadora como a precarização das condições de trabalho, além do desemprego, e de vida das famílias trabalhadoras que são responsabilizadas pela situação de pobreza que se encontram e devem assumir funções antes assumidas pelo Estado, no qual pode ser até considerada uma instituição privilegiada de proteção social.

Pode-se entender que o neoliberalismo, resgata o mercado como instância suprema das relações econômicas, e foi o que ocorreu no Brasil durante as décadas de 80 e 90 e prevalece até os dias atuais através de um processo segundo Netto (2010) de valorização do Estado burguês e seu redimensionamento que visa diminuição de sua ação reguladora, encolhimento de funções legitimadoras e crise nas representações das classes subalternas.

Assim, sinteticamente, este período dos anos 1990, é marcado pela competitividade e a concorrência internacional, marcado pela reestruturação produtiva para o ingresso no mercado mundial, e para isso o modo de produção vigente enfraquece a capacidade de organização dos trabalhadores e de seus direitos conquistados.

Corresponde a esse processo um cotidiano mediado pela lógica da competitividade em que a família tem sido atravessada por determinações estruturais que a oneram com responsabilidades antes pertencentes à esfera estatal. O empobrecimento das famílias se traduz em redução das necessidades humanas a mínimas, ao menor quinhão “ofertado” pelo poder público para atender suas necessidades. Os mínimos sociais, são priorizados como única resposta do Estado às demandas sociais, restringindo os direitos sociais aos segmentos caracterizados como de pobreza absoluta. No entanto, a questão social sinaliza contradições reveladoras da perversidade do estágio atual, de um processo de acumulação capitalista que inflexiona diretamente a forma de ser da família na atualidade e se caracteriza por: desemprego estrutural; aumento da violência (em todos os sentidos), da criminalidade, das migrações internas; trabalho infantil; tráfico de drogas; prostituição; exploração sexual infantil; trabalho feminino precarizado; favelização; degradação das habitações; aumento dos conflitos pela posse de terra; responsabilização privativa no cuidado de idosos, doentes, pessoas com deficiência e crianças; competitividade e individualismo nas relações pessoais, etc. (SANTOS, 2007, p. 5).

As famílias, neste processo de encolhimento de funções estatais, caem em empobrecimento e são respaldadas pelo Estado através de políticas assistenciais a

caráter de critérios seletivos focalizados no que tange os modelos neoliberais das políticas sociais na inclusão de mínimos sociais<sup>16</sup>.

De acordo com a satisfação das necessidades e reprodução da família da classe trabalhadora o que se tem é um cotidiano de negação a bens materiais e culturais indispensáveis à conservação da integridade física, moral, social e cultural de seus membros. Há uma ameaça aos direitos trabalhistas neste contexto em que a realidade impõe mais poder ao capital sobre o trabalho, explorando a fim de ganhar mais lucro, visando a ampliação do modo de produção capitalista, ampliando as desigualdades sociais e, fazendo competir entre si os membros da classe trabalhadora, é o que ocorre até os dias atuais.

Ainda assim, contraditoriamente, e sob influência do governo respectivo, pode-se observar melhorias na distribuição de renda da população do Brasil - segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2014 – mas, que ainda se defronta com um grau elevado de desigualdade. Como por exemplo, em relação as regiões do Brasil, há uma desigualdade histórica em relação as regiões nordeste e Centro-Oeste, pois em 2013, o índice de Gini – segundo o IBGE é um cálculo usado internacionalmente para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912 -para o Brasil era de 0,501, já nessas duas regiões os coeficientes observados foram de, respectivamente, 0,509 e 0,519.

Segundo o Síntese de Indicadores Sociais de 2014,

O crescimento econômico, observado a partir das variações anuais do Produto Interno Bruto - PIB da última década, em conjunto com a redução da desigualdade de renda medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE (evolução do coeficiente de Gini do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade), mostraram-se fatores favoráveis à melhoria das condições de vida da população brasileira. As variações anuais do PIB de 2000 a 2010, mesmo com oscilações, logrou ser superior às duas décadas anteriores<sup>2</sup>. Trata-se de um resultado usualmente atribuído a uma série de fatores, com destaque para uma conjuntura internacional favorável (*boom* de matérias primas, benéfico à economia exportadora brasileira), fortalecimento do mercado interno, crescimento da renda média da população, incentivos ao consumo das famílias e expansão do crédito. A redução da desigualdade se explica em parte pelo crescimento econômico observado e também por um conjunto de políticas e conjunturas, como a valorização do salário mínimo (reajustado nos últimos anos em patamares acima da inflação real observada), programas de transferências de renda, e também uma evolução favorável do rendimento do trabalho, devido à crescente formalização e maior

<sup>16</sup>De acordo com Pereira (2002, p. 16), mínimos sociais resume-se, geralmente, em recursos mínimos destinados à pessoas incapazes de prover sua subsistência através do trabalho. Esses recursos são freqüentemente identificados como forma de renda, benefícios setoriais (nas áreas de saúde, educação, habitação etc) ou categoriais (idosos, Pessoas Portadoras de Deficiências, crianças e adolescentes etc).

capacidade de barganha dos trabalhadores para ganhos salariais, sobretudo até a crise de 2008-2009. (Síntese de Indicadores Sociais, 2014, p.151)

Segundo SIS, numa sociedade igualitária, cada décimo ou 10% das pessoas com rendimentos familiares per capita teria 10% da soma desses rendimentos. No Brasil, em 2013, as pessoas com os 10% menores rendimentos concentravam apenas 1,2% da renda total, ou seja, há uma acentuada desigualdade na distribuição de rendimentos.

Dados do SIS revelam que o “décimo mais rico concentrou durante todo o período analisado mais de 40% da totalidade da renda *per capita*”.

Segundo estes dados há uma crescente importância dos programas focalizados de transferências de renda na composição do rendimento familiar das famílias com menores rendimentos.

Pode-se observar que segundo dados da Distribuição percentual dos rendimentos, total e arranjos familiares com até 1/4 de salário mínimo e de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo de rendimento mensal familiar *per capita*, segundo a origem dos rendimentos nos anos 2004/2013, considerando apenas as famílias com menores rendimentos (até 1/2 salário mínimo), pode-se afirmar que rendimentos provenientes de programas de transferência governamental, equivaleram no ano de 2013 a 12,5%.

De fato, para o total das famílias em 2013, as fontes de renda provenientes de inserção em programas governamentais representavam 4,5% dos rendimentos, já para as famílias com até 1/4 de salário mínimo *per capita*, representavam 37,5% e, para famílias entre 1/4 e 1/2 salário mínimo, 12,5%.

Pode-se concluir verificando que houve, portanto, um aumento expressivo de participação nestes programas no período de nove anos, segundo dados, passando de 20,3% em 2004 para 37,5% em 2013 nas famílias com menores rendimentos, ou seja, há uma relevância em ressaltar que estes dados mostram o peso do Bolsa Família e outros programas sociais no conjunto da renda dos mais pobres.

Em 2013 o trabalho (formal ou informal) em relação ao salário, era responsável por 77,2% da renda total da população e em comparativo, os programas sociais representavam 4,5% no rendimento do total da população e chegou a 37,5% entre os muito pobres. Em 2004, a inserção em programas sociais representavam 20,3% do total de rendimentos das famílias de menor renda, ou seja, o peso aumentou 85%.

Os números mostram o alto grau de dependência das famílias muito pobres



dos programas sociais, isto pode estar associado devido ao fato da transferência de renda prevenir a situação da pobreza, mas ainda assim a torna dependente e livra a sociedade do pleno emprego.

Então se pode concluir dizendo que o desenvolvimento das instituições do Estado atinge diretamente as funções familiares, culturais, afetivas e etc. Também é importante dizer que o Estado como papel regulador, deve assumir responsabilidades sobre a família e o bem-estar social através de políticas públicas e geração de emprego.

Assim, as políticas sociais pretendem neste sentido, amparar as famílias em suas necessidades materiais, por meio de seus membros mais vulneráveis

através de políticas de complementação de renda ou de distribuição de bens bem como muitas vezes vinculam a assistência material à participação de programas que divulgam valores familiares e sociais, relacionadas, sobretudo, a saúde e educação. Já a dimensão identitária, muito mais sutil, é em parte contemplada, pelo menos em termos legais, pela valorização da manutenção do vínculo familiar e mais recentemente pelo enfrentamento da questão da violência doméstica e familiar. (ITABORAÍ, 2005, p. 2).

Levando em conta o parágrafo anterior, cabe ressaltar que a presença do Estado como regulador da vida familiar é inegável, tanto na questão da legislação e políticas públicas quanto pela sua parca atuação e desresponsabilização.

Assim, pode-se compreender de forma geral as concepções de família e as suas reconfigurações conforme a história e com isso como ela vem sendo visibilizada pelo Estado, de forma breve, para enfatizar melhor é relevante ressaltar como e quando foi dada a importância da questão social no Brasil, suas expressões e como o Estado vem combatendo, o que será tratado no próximo capítulo.

### **3. Capítulo 2: Questão social, política social, seguridade social e serviço social**

Neste capítulo se dará uma breve análise da questão social nesta sociedade que tem como modo de produção o capitalista, e a partir disto, como a política social responde as demandas das expressões da questão social, principalmente a assistência social e como o Serviço Social se insere neste processo.

#### **3.1 A questão social e suas expressões na sociedade capitalista contemporânea**

Este item trata, em linhas gerais, as expressões da questão social – afirmação da classe trabalhadora no cenário político – e as “respostas” dos segmentos dominantes veiculadas através das políticas social, dentre estas, a assistência social e o serviço social.

De acordo com José Paulo Netto (2010) o tardo capitalismo contemporâneo - que resulta das transformações societárias dos anos 1970 - desenvolveu uma crise que esgotou as possibilidades de civilização ocorrendo uma barbarização da vida social, incluindo o trato das políticas sociais, referido à questão social.

Afirmando Netto 2010, a crise no *Welfare State*<sup>17</sup> gera uma “nova pobreza” e com ela “novas expressões da questão social”, pois antes esta teria surgido e referia-se como impacto da industrialização - o fenômeno do pauperismo, na qual a pobreza cresce à medida que aumenta a capacidade social de produzir riqueza. A partir daí a pobreza do século XIX aparece como ‘nova’ relacionando a questão social aos desdobramentos sócio-políticos, mas entende-se que a mesma é ineliminável da ordem capitalista.

Para, além disto, no âmbito conservador a expressão questão social é usada como moralizadora. Já no pensamento marxista a partir da análise da lei geral de acumulação capitalista revela a questão social como necessária para o desenvolvimento capitalista com seus diferentes estágios produz diferentes expressões da questão social. A base da questão social é a relação capital X trabalho, realizada com base na exploração.

A questão social na ordem burguesa tem a ver com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Entretanto, este comando do capital, convive, historicamente, com as tensões sociais provocadas pelo acirramento da contradição intrínseca a este

---

<sup>17</sup>Forma de intervenção de Estado que envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem estar básico dos cidadãos por políticas sociais.(ANDERSEN, 1990, p. 98)

ordenamento. Desta relação contraditória e antagônica se expressam as relações de poder entre as classes constitutivas da chamada ordem burguesa; ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo, crises cíclicas vêm sendo produzidas. O próprio capitalismo tem procurado encontrar “saídas” para as crises que ele mesmo produz. Assim, a história mostra o desenvolvimento das políticas do *Welfare State*, na Europa e Estados Unidos, principalmente, após segunda grande guerra mundial; mostra também a crise do capitalismo no mundo na conjuntura da década de 1970 e as respostas encontradas pelo capital através das políticas neoliberais, no bojo da globalização da economia, da reestruturação produtiva e do encolhimento da responsabilidade social do Estado, resultando em perdas expressivas para o conjunto dos segmentos trabalhadores.

Ocorreram transformações societárias que provocaram mudanças no mundo do trabalho (flexibilização, desregulamentação e privatização) com isso houve o crescimento de uma força de trabalho excedente, desemprego estrutural, precarização das condições de vida, informalidade. A classe trabalhadora experimenta divisões, cortes e etc., (novas clivagens pela divisão social e técnica do trabalho) bem como no *lumpem*<sup>18</sup> e o grande capital estrutura uma oligarquia financeira global.

Estas transformações estão vinculadas às formidáveis mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e que chegaram a produzir as equivocadas teses do “fim da sociedade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe, mudanças que certamente se conectam aos impactos causados nos circuitos produtivos pela revolução científica e técnica em curso desde a metade do século XX (potenciada em seus desdobramentos, por exemplo, pela “revolução informacional” e pelos avanços da micro-eletrônica, pelos novos passos da biologia, da física e da química). Mas são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a *sociedade tardo-burguesa* que emerge da *restauração do capital*. (NETTO, 2010, p. 11).

Junto com essas mudanças societárias ocorrem mudanças no perfil demográfico, educação, urbanização e comunicação social e que rebatem na estrutura da família, convulsionando os padrões da sociabilidade, contribuindo para emersão de dois agentes segundo Hobsbawm (1993), as mulheres e os jovens, surgindo assim as problemáticas femininas, indo da opressão no espaço doméstico aos mais variados tipos de subalternidade/exploração no espaço público. Mas foi

---

<sup>18</sup>a parcela degradada do proletariado: vagabundos, criminosos, prostitutas, rufiões. (NETTO BRAZ, 2006, p. 134)

somente com as vanguardas feministas que se ganhou um apelo emancipatório. Do ponto de vista da juventude, tiveram-se relações e costumes redimensionados gerando inovações valorativas e rupturas com padrões de comportamento incorporados pela ordem do capital.

No capitalismo contemporâneo ocorre um processo que passa a lógica do capital para todos os processos do espaço cultural com o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos, identificação da sociedade do consumo e da cultura do consumo, vendo assim, a tecnologia da comunicação como vinculação e inserção social.

Como se expressa José Paulo Netto (2010), a sociedade contemporânea é caracterizada de modo que grupos e segmentos sociais entram na construção de novas identidades para estruturar suas comunidades, emergindo novos sujeitos coletivos e novos movimentos sociais demandando novos direitos, ao mesmo tempo em que as representações das classes subalternas experimentam crises (dessindicalização). A imediaticidade da vida social mercantilizada é proposta como a realidade - com isso não distinguimos aparência e essência.

O neoliberalismo prevê o Estado mínimo e este utiliza seu poder para realizar a minimização das lutas democráticas para não ter politização de novos espaços sociais. A mudança mais imediata do Estado neoliberal é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras” quando ocorre o rompimento com o *Welfare State*, assim, começa a ocorrer a retirada de direitos sociais e de coberturas sociais públicas, esta é a estratégia do grande capital, a redução do Estado, num processo de ajuste que visa a diminuir o ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho. Contudo, com a precaução de tornar a classe trabalhadora dependente de seus parques benefícios sociais do ponto de vista de minimizar lutas e politizações.

Em linhas gerais o debate atual destaca as contradições da modernização capitalista frente ao processo de barbarização da vida social e adota a expressão “questão social” para qualificar as diversas manifestações materiais, culturais e sociais da precarização das condições de vida dos trabalhadores. (MOTA, 2007, p.128).

Outra questão dada por José Paulo é a de que

a guerra sempre foi, ao longo de todo século XX, uma resposta autorreprodutiva do capitalismo. Além de a guerra operar como uma saída provisória para suas crises, mediante destruição massiva de força produtiva, as atividades ligadas a guerra- a indústria bélica - sempre constituíram um elemento dinamizador para economia capitalista. (NETTO, 2010, p.24).

Com isso, o belicismo se inclui na política de segurança pública e se estende como negócio privado configurando a emergência da militarização da vida social e substituição do estado de bem-estar pelo estado penal e a represas estatal sobre as classes chamadas perigosas, dirigido aos pobres, trabalhadores informais e etc. Como se somente a ação repressiva do Estado pudesse dar conta da população excedentária em face das necessidades do capital. Assim juntamente surge outra forma de repressão o novo assistencialismo e a nova filantropia para dar conta da questão social, ou seja, minimalismo frente a questão social maximizada.

### **3.2 O enfrentamento da questão social pelas políticas sociais em tempos de neoliberalismo**

Pode-se afirmar que historicamente, o acesso ao trabalho formal sempre foi condição para garantir o acesso à seguridade social. O sistema de seguridade social brasileiro, que foi instituído com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios que em sua forma se caracterizam por restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar. Assim, este modelo que se caracteriza por ser de seguro e de assistência se dá em um contexto social em que há um grande índice de desigualdades sociais, pobreza e relações informais de trabalho, e com isso, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população.

No Brasil se prevalece os princípios do *modelo bismarckiano*<sup>19</sup> – mantém a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho – e os do *modelo beveridgiano*<sup>20</sup> -luta contra a pobreza.

[...]os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social

---

<sup>19</sup>os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados (BOSCHETTI, 2003, apud BOSCHETTI, 2006, p.2)

<sup>20</sup>No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios (BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998, apud BOSCHETTI, 2006, p.2).

brasileira se situe entre o seguro e a assistência social. (BOSCHETTI, 2006 apud BOSCHETTI, 2006, p.3).

Pode-se entender com isso, que neste país se prevalece como um dos pilares de estruturação da seguridade social, a sua organização com base na lógica do seguro social. Não se esquecendo de deixar claro que o princípio dessa lógica é garantir proteção -algumas vezes, de certa maneira exclusiva e prioritária- ao trabalhador e à sua família. Através do fornecimento de uma proteção limitada, que garante direito apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho formal ou que contribui mensalmente à lógica da seguridade social.

Entendendo assim, que somente tem acesso aos direitos da seguridade social os trabalhadores “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho. Contudo, aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho de maneira formal, e que devido a isto não têm acesso a este sistema de seguro e à previdência social, acabam caindo em uma situação de ausência dos direitos derivados do trabalho.

Segundo BOSCHETTI, (2003) há uma tensão entre assistência social e trabalho, devido ao fato de o Sistema de Seguridade Social garantir os direitos derivados do trabalho ao mesmo tempo em que garante acessos a diversos benefícios assistenciais, com intuito de reduzir desigualdades e responder à satisfação de necessidades básicas e específicas.

Nesse caso, o que é enfatizado é que os sistemas de seguridade social introduziram a lógica social de direitos não contributivos, ou seja, a assistência, juntamente com a lógica de caráter contributivo. Portanto, não há somente no sistema de seguridade social um caráter contributivo de seguro, há também, uma lógica social não securitária que torna seus benefícios compatíveis com o trabalho. Esta forma trata-se de um direito complementar que contribui para a redução da desigualdade social, que não é incompatível com o trabalho e nem deve substituí-lo.

Com as consequências de crise capitalista no início da década de 1970, de implementação de medidas neoliberais e da incapacidade estrutural de garantir trabalho para todos, alguns países passaram a aderir esta lógica de seguridade social que abrange tanto o modelo *bismarckiano* como o *beveridgiano*, sobretudo passando a instituir benefícios fora da lógica de contribuição, na modalidade de programas de transferência de renda. Assim, nesta situação contemporânea, os benefícios assistenciais, sob a forma de programas de transferência de renda, passam a ser entendidos com um papel de “substitutos” dos empregos inexistentes nesta

sociedade. Porém, esta situação agudiza ainda mais a tensão histórica entre trabalho e assistência social, pois é a ausência de trabalho/emprego que provoca a demanda pela expansão da assistência.

Porém, é importante ressaltar que a assistência social, sempre foi ao longo da história, vista como uma ação, às vezes associada à benesse e caridade e desprovida de reconhecimento legal como direito. Portanto, foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o Sistema de Seguridade Social brasileiro e reconhecidas como direito do cidadão e dever do Estado. Mas deve-se levar em conta que estes princípios tinham como intenção de redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar um sistema de seguridade social amplo, a partir da lógica social e não a do seguro. Porém, isso não ocorreu, devido a elementos conjunturais e estruturais, com a forte onda neoliberal da década de 1990 que instaurou um processo de *contra-reforma do Estado*<sup>21</sup> e o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica e para o mercado a partir da minimização dos avanços e investimento sociais, onde os direitos que foram conquistados pela classe trabalhadora foram submetidos ao ajuste fiscal, provocando um quadro de retrocesso social.

Assim, o Sistema de Seguridade Social que se estabeleceu, passou a reestruturar a política de assistência social, com base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e fortaleceu a lógica do seguro no âmbito da previdência.

A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, além de contribuir para a produção e reprodução da força de trabalho, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar. O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores

---

<sup>21</sup>após processos de crise e para recomposição das taxas de lucro as classes proprietárias e dominantes necessitam exercitar-se como classe dirigente, implementando seu projeto com direção restauradora, iniciativas conservadoras com ideais liberais, dando andamento a um processo de contrarreforma inovando suas práticas ideológicas levando transformações nos padrões de acumulação e reprodução vigente, é o que acontece com a instauração do neoliberalismo (MOTA, 2010, p. 16) Iniciou-se um processo de reformas voltadas para o mercado, liberais, decorrendo de uma série de mudanças nas relações internacionais, implantando o que chama-se de neoliberalismo que foi ganhando espaço durante a década de 80, esta contrarreforma previa cortes nos benefícios sociais, privatizações, prioridade do mercado, desregulamentação das leis de trabalho com modificações nas leis trabalhistas e previdenciárias. Em FHC houve a marcante contrarreforma previdenciária onde foi recomendado, segundo Evilásio e Boschetti, 2002, um novo modelo caracterizado pela implantação de um plano privado e obrigatório de capitalização por cotas definidas individualmente por trabalhador, já as aposentadorias passam a ser por contribuição e os benefícios dependem da acumulação de recursos.

adultos (bolsa-família), não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão o colocam na órbita das políticas compensatórias.(BOSCHETTI, 2006, p.11).

Assim, como consequência, pode ser visto no Brasil, uma lógica securitária que age mais na reiteração das desigualdades sociais que na sua redução. E ainda assim, essa pequena conquista vem sofrendo alguns golpes, que promovem e provocam seu desmonte, e não sua ampliação através da implementação de programas e benefícios específicos e da forma em que a população é abrangida por eles. Em tempos de neoliberalismo e contra-reforma, pôde-se observar que a seguridade social tem-se submetido à lógica fiscal, em detrimento das demandas constituídas pelas necessidades da população.

Tem-se um processo de desmonte e desconsideração dos princípios constitucionais por sucessivas contrarreformas e medidas de cunho político em que desestruturam a seguridade social, como por exemplo, através da desconfiguração de direitos previstos constitucionalmente em que não são universalizados.

A política de assistência social, por sua vez, não conseguiu superar a histórica focalização em segmentos ditos hoje “vulneráveis” ou nas chamadas “situações de risco”. Sua abrangência é restritiva e os benefícios, serviços e programas não atingem mais do que 25% da população que teria direito, com exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do bolsa-família, que vêm crescendo rapidamente nos últimos anos, revelando sua tendência de política de transferência de renda. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se caracterizado como gestão da escassez, decorrente de uma política econômica que prioriza o pagamento dos juros da dívida. Os recursos federais repassados aos municípios para realização dos serviços socioassistenciais (e que excluem BPC, RMV – Renda Mensal Vitalícia – e Bolsa Família) são reduzidos e apresentam tendência decrescente no Fundo Nacional de Assistência Social.( BOSCHETTI, 2006, p.13)

A assistência social brasileira entra em um processo no qual seu público alvo se insere através de processo seletivo e focalizado. Assim, contraditoriamente, a seguridade social brasileira, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, passa a se configurar como espaço de fortes disputas de recurso e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos. A defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal.

Segundo Behring, (2003) a consolidação da Seguridade Social como reforma democrática e um conjunto de políticas de combate à desigualdade social vêm acontecendo no Brasil num movimento da transição conservadora para a modernidade, da formação do capitalismo no Brasil. Isto originou um país desigual e dependente, numa cultura política clientelista, assistencialista de favor para



enfrentamento da questão social, reprimindo a ideia de direito, o que se aprofundou ainda mais nos anos 90, com o neoliberalismo e a contrarreforma.

Assim, como forma de enfrentamento das expressões da questão social, esse processo supracitado de transição conservadora para a modernização manifestou-se e manifesta-se historicamente por ações que oscilam entre o assistencialismo e o favor de um lado, e a repressão de outro, nunca levando em conta a ideia de direito, sempre o desmontando, ainda que ele estivesse formalmente estabelecido.

Portanto, a partir deste projeto neoliberal desde Fernando Henrique Cardoso (1º mandato 1994-1997 e 2º mandato 1998-2002) até Lula (1º mandato 2003-2007 e 2º mandato 2007-2010) e seguido por Dilma (1º mandato 2011-2014 e 2º mandato em seguimento nos dias atuais), as expressões da questão social foram “enfrentadas” por meio de políticas focalizadas/seletivas e compensatórias, afastando-se do conceito constitucional de seguridade e direito ou ignorando-o.

No governo de Fernando Henrique como relatam em seu texto Evilásio e Boschetti, (2002), na década de 90 houve uma contrarreforma engendrada pelo Plano Real caracterizada por uma modernização conservadora, e não uma mudança, a qual surtiu impactos no emprego, na indústria e na seguridade social. Houve uma inserção do Brasil à nova ordem social, no qual se obtinha no mercado de trabalho uma elevada flexibilidade de contratação e redução no ritmo de atividade produtiva, gerando demissões, houve também alterações para os trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), além disto houve a reforma previdenciária.

Com a eleição de Lula houve um sentimento anti -neoliberal e uma grande correlação de forças, o que poderia levar à redemocratização do país, mas ainda sim permaneceu-se um processo de políticas focalizadas e favorecimento do capital. Em seu primeiro mandato Lula deu continuidade à orientação econômica implementada por Fernando Henrique e conduziu a nível mais profundo a reforma previdenciária. Em seu segundo mandato como argumenta José Paulo Netto (2010), o governo bancou um forte processo de centralização/concentração de capital oferecendo recursos financeiros a capitalistas para investimentos no país e no exterior, Contudo, através do PAC (Plano de Aceleração do Desenvolvimento) reverteu a crescente curva do crescimento econômico marcada pelo governo Fernando Henrique, igualmente ganhou apoio das camadas populares quando recuperou o salário mínimo, ampliou o crédito e foi marcado por uma política assistencialista através de programas de

transferência de renda condicionado para famílias pobres, no entanto o impacto sobre a desigualdade social foi mínimo. Nos últimos anos do governo Lula e início do governo Dilma começam a aparecer fissuras que implicaram efeitos econômicos e ideológicos da crise financeira internacional, a economia que vinha em crescimento, principalmente pelo papel das políticas de redistribuição de renda e crescimento do mercado interno, começou a entrar em crise devido aos juros elevados juntamente com o crescente e elevado consumo das famílias brasileiras, mas ao mesmo tempo sem expansão de produção industrial devido ao aumento das importações, com isso diminuíram a multiplicação dos programas de transferência de renda e do aumento do salário mínimo.

Estes acontecimentos políticos que ocorreram no Brasil ao longo dos anos 90 de forma regressiva tornaram mais grave e mais forte a pobreza e a miséria, bem como o desemprego e a informalidade, o que aumentou a demanda por benefícios, cujo se tornou restrito àqueles que se enquadraram nos critérios de seu acesso e a programas e projetos também, de maneira focalista, o qual enfatiza a ausência de proteção social para grandes contingentes da população brasileira que sofre com o desemprego.

Tem-se uma proteção social fortemente tensionada pelas estratégias de extração de superlucros, a exemplo da flexibilização das relações de trabalho e diminuição dos encargos sociais; pela supercapitalização, diga-se, a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública; pelo desprezo com o pacto social dos anos de crescimento que marcaram as experiências do *welfare state* e, com imensas diferenças, do desenvolvimentismo; e por um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista, com o ascenso do cidadão consumidor, como nos chama atenção. (MOTA, 1995 apud BEHRING, 2003, p. 5).

Assim, conclui-se que o que se tem como prioridade é a de redução de direitos, com muitas imitações ao acesso de programas e com ênfase nos eixos da privatização, focalização/seletividade e descentralização (desconcentração). Portanto, algumas tendências na seguridade social em meio ao processo de neoliberalismo são segundo BEHRING, 2003, programas de combate à pobreza, transferências monetárias focalizadas e uns dos principais, - e foco deste trabalho – o apelo a família, ao voluntariado e ao terceiro setor, todos estes se dando devido ao fato de desresponsabilização e minimalização estatal perante a sociedade e seu acesso aos direitos sociais.

Para além disto, é notável a diferença dos governos de Lula e Dilma em relação ao governo de Fernando Henrique. O governo dos dois primeiros é fortemente marcado pela popularidade e com avanços sociais e democráticos consideráveis, levando em conta o maior acesso e inclusão da classe média e também de classes pauperizadas, como por exemplo, à casa própria e a universidade, enquanto Fernando Henrique manteve-se conservador neste ponto de vista.

### **3.3 Seguridade Social, Assistência Social e Serviço Social**

De acordo com Guerra, 2000, no estágio monopolista do capitalismo que a questão social vai se tornando objeto de intervenção estatal. Assim, no Serviço Social, bem como em outras profissões, se dá um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho. A partir disto, pode-se entender que a utilidade social de uma profissão advém das *necessidades sociais*, e em relação ao Serviço Social, está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão.

Assim a profissão tem como finalidade responder as necessidades sociais, de forma qualificada e institucionalizada com significado social, de modo que através deste processo o Estado interfere nas refrações da questão social através de um determinante histórico, que são as políticas sociais.

No âmbito político-organizativo, a categoria profissional desde os finais dos anos 1970 vem-se posicionando sobre o valor estratégico das reformas sociais no Brasil, reconhecendo o histórico caráter anti-reformista da burguesia nacional [...] De igual modo tem feito críticas contundentes às proposições neoliberais e às injunções do mercado e do capitalismo financeiro, que, através de “contra-reformas”, ameaçam o exercício dos direitos e as garantias sociais ao tratar os serviços sociais como um campo de possíveis negócios e o desmonte da intervenção social do Estado como uma oportunidade de subordiná-lo aos interesses das classes dominantes. (BEHRING, 2003 apud MOTA, 2001, p. 128).

Com isso, a profissão é marcada não só como um aparato legitimador do Estado através da implementação e organização das políticas sociais, como também se torna essencial para a garantia de direitos sociais, emancipação do indivíduo e ameaça de forma crítica à ideologia dominante. Isso caracteriza uma capacidade político-organizativa da profissão e produção de massa crítica, que segundo Mota, foi responsável pela

formação de uma cultura profissional que, posicionada no campo da esquerda, obteve reconhecimento social, habilitando os profissionais e suas

organizações a serem interlocutores e formuladores das políticas de seguridade social no Brasil. (MOTA, 2007, p.128).

Segundo Mota, a Seguridade Social como instituição social e mecanismo de enfrentamento da desigualdade, adquire um caráter ao mesmo tempo ideológico e também político. Portanto a Seguridade Social como forma de reprodução social, não está associada apenas a reprodução material da força de trabalho, mas também a reprodução de todas relações sociais suas lutas e contradições e como a burguesia subordina o Estado ao seu interesse utilizando a proteção social para se legitimar.

Conforme se dá a ampliação da assistência social há ao mesmo tempo um retrocesso no campo dos direitos já consolidados, bem como a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. Pode-se entender que o capital utiliza o social para ampliar seu processo de acumulação, assim se tem um modo de enfrentar a questão social através da ampliação de programas e ações de combate a pobreza.

Devido ao que foi supracitado, pode-se considerar que as classes dominantes têm como objetivo transformar a assistência social no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras, repolitizando num processo de hegemonia e definindo este segmento de classe como “excluídos” ou “vulneráveis” e os programas de assistência social como estratégia de inclusão.

Não é por acaso que a Assistência Social adquire centralidade como mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais. Instala-se uma fase na qual a assistência social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda, que têm impactos objetivos no atendimento dos mínimos sociais de subsistência para a população pauperizada; e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa têm no processo de reprodução social. (MOTA, 2007, p. 134).

As classes dominantes põem de frente a política de Assistência Social como solução para combater a pobreza através do processo de enfrentamento da desigualdade. O Estado não consegue garantir o direito ao trabalho e com isso, amplia o campo de ação da Assistência Social.

Para além disto, é válido ressaltar que a institucionalização da Seguridade Social tanto no nível de conquista pela luta da classe trabalhadora quanto como estratégia do capital para incorporação das necessidades do trabalho, vem

configurando-se historicamente como um campo de disputas, por isso, sempre é objeto de investidas do capital adequando aos seus interesses econômicos e sociais.

Assim, frações dirigentes da classe dominante - paralelamente à crise políticoorganizativa dos que vivem do seu trabalho – constroem, na atualidade, *outra* reforma social hipotecando à sociedade e às políticas de combate à pobreza a solução para o enfrentamento do pauperismo. Por isso mesmo, também as novas conceituações de questão social e das políticas de seguridade social passam a ser chaves para esgarçar qualquer tentativa de vinculação entre pobreza e acumulação da riqueza. (MOTA, 2007, p. 136).

Portanto, um dos problemas se caracteriza por a Assistência Social ser vista como a política de proteção social e não parte dela, com dimensão compensatória devido ao desemprego, etc. Entende-se também que o modo da abordagem e enfrentamento da questão social é constituidor da hegemonia do capital, formador de cultura, com isso, a burguesia naturaliza a ordem, transforma o cidadão em consumidor contribuinte, o desempregado em beneficiário e a família e o conjunto da sociedade a mercê da solidariedade e da cooperatividade.

As políticas sociais têm a necessidade, portanto, de instrumental, de profissionais para sua formulação e implementação, fundando assim, um mercado de trabalho para os assistentes sociais em sua função.

O Estado ao se complexificar, complexifica também a questão social, ele a fragmenta para serem atendidas pelas diferentes políticas sociais, instaurando uma divisão do trabalho entre profissionais para cada ação de execução das políticas sociais, reproduzindo assim, material e ideologicamente a força de trabalho como cita Guerra, (2000).

Com base no que foi dito anteriormente e segundo Guerra, (2000) a questão social tende a se tornar mais complexa e com isso o Estado a fragmenta e recorta em “questões sociais” que sofreram intervenção pela políticas sociais instituindo um espaço de divisão sócio-técnica do trabalho para o profissional que trabalha na execução dessas políticas, que no caso, a população inserida receberá respostas fragmentadas através das políticas sociais setoriais. É nesse sentido que as políticas sociais contribuem para a produção e reprodução material e ideológica da força de trabalho e para a reprodução ampliada do capital.

Com esta fragmentação em “questões sociais” e conseqüentemente da intervenção pelas políticas sociais, os assistentes sociais passam a desempenhar papéis que lhes são alocados, isto implica aos profissionais a resolução pontual e imediata. Por isso é importante levar em conta o significado sócio-histórico da

instrumentalidade, resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais, seus espaços de intervenção e dinâmica de exercício profissional.

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.(GUERRA, 2000, p.11).

Portanto, concordando com Guerra, o assistente social deve realizar sua intervenção de modo que considere a totalidade, de forma crítica, objetivando a emancipação do sujeito e o acesso a direitos, na qual as ações devem estar de acordo com os princípios ético-políticos da profissão. Buscando, o profissional, desprender-se da base histórica, enriquecendo sua instrumentalidade e exercício reconhecendo a dimensão política da profissão, de modo que invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

#### **4. Capítulo 3: Serviço social e Política Pública de Assistência Social: um diálogo com a família**

Já se reconheceu que a Assistência Social é política pública: dever do Estado e direito de cidadania. Sabe-se que a família – ou ainda os múltiplos arranjos familiares existentes na contemporaneidade – adquire centralidade na conformação das ações no campo da assistência social e, principalmente, na implementação dos programas assistenciais. Assim, neste capítulo realizou-se uma breve análise histórica e crítica da Política de Assistência Social brasileira e os vínculos estreitos entre a família e a política de assistência social na atualidade. Também se fez necessário mostrar a atuação profissional do assistente social na abordagem com a família, reconhecida em “situação de vulnerabilidade social”, que se constitui “sujeito privilegiado” da ação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

##### **4.1 Breve histórico da assistência social no Brasil e seu enfoque na família**

A assistência social é historicamente marcada pela caridade e ajuda, perpassando por um histórico de contar com a benemerência das instituições de caridade e/ou com o solidarismo e voluntarismo da sociedade e empresas, e as ações que eram realizadas pelo Estado, sempre tinham também a ideia de favor ou ajuda àquele indivíduo ou família pauperizada que não tinha como prover seu sustento.

Historicamente o enfrentamento da questão social foi marcado por respostas como ajuda e favor, de forma que o Estado agia de modo paternalista e clientelista, deixando marcas até os dias atuais, trazendo dificuldades junto a sociedade pela falta de compreensão ainda da assistência social como conquista e direito.

O Brasil é marcado historicamente por profundas desigualdades: econômica, social, política. Esta formação cultural mesclada tem impulsionado transformações em várias dimensões da vida nacional. As tensões sociais aprofundadas com o surgimento do capitalismo contribuíram para reacender o debate já “velho” entre assistencialismo e assistência social. Fruto de intensas mobilizações dos trabalhadores, os sistemas de proteção social no Brasil foram adquirindo novos contornos a partir da década de 1940, mais particularmente, depois da segunda guerra mundial e, no contexto do chamado período “desenvolvimentista” (década de 1950/1960). Com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, forças sociais e políticas progressistas imprimiram na agenda política nacional, novos caminhos a

serem trilhados para o que era necessário, o rompimento com o paradigma do assistencialismo e a elevação da assistência social a um patamar de direito social e dever de Estado, ou seja, a uma concepção política de assistência social expressiva dos anseios e necessidades da população trabalhadora brasileira.

Analisando o Estado de Bem-Estar Social, Pereira nos relata que,

o propósito que está por trás do *Welfare pluralism* é o de dismantelar direitos conquistados pela sociedade nas arenas políticas, em nome de uma divisão de responsabilidades, que pode ressuscitar desigualdades já abominadas pelo avanço civilizatório. (PEREIRA, 2008, p.201)

Este modelo de proteção social faz compreender que esta cabe de preferência à família, através de um discurso de apelo ao solidarismo e voluntarismo que contribuem para a redução do papel protetivo do Estado e da garantia dos direitos sociais.

Foi somente a partir da instauração da Constituição Federal de 1988 e da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que a assistência social passou a ser reconhecida e a se configurar no campo do direito e como política social pública.

No campo da política social, a assistência social no seu modelo dá ênfase na centralidade de suas ações na família para promover sua sustentabilidade e promoção de direitos dos seus membros. Conforme preconizado na NOB/SUAS/2005,

A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência.(NOB/SUAS/2005,p. 90)

Esta concepção também está dentro da proposta do Sistema Único de Assistência Social, que apresenta como uma das suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar.

reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (PNAS, 2004, p. 41).

Segundo a PNAS, e independente de seus formatos, a família é mediadora das relações entre sujeito e coletividade e delimita os deslocamentos entre o público e o privado, além de ser marcada por um espaço contraditório e de uma dinâmica de



convivência marcada por conflitos e desigualdades, sendo assim fundamental no âmbito da proteção social. Além do que a face da família se configura de acordo com as transformações societárias.

A importância da família é reconhecida no artigo 226 da Constituição Federal brasileira: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Este reconhecimento é refletido nas legislações específicas da Assistência Social como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e outras. Porém, mesmo que haja esse reconhecimento da importância da família e sua proteção pelo Estado o que vem ocorrendo são processos de penalização e desproteção das famílias.

Sendo assim, há o destaque da matricialidade sociofamiliar na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, a fim de que através da centralidade da família, possa se superar a individualização.

De forma clara, a Assistência Social é prevista na Constituição Federal, nos Art. 203 e 204 da Seção IV, integrando, juntamente com a Previdência e a Saúde, o Capítulo II, que trata da Seguridade Social:

[...] A assistência social tem um corte horizontal, isto é, atua ao nível de todas as necessidades de reprodução social dos cidadãos excluídos, enquanto as demais políticas sociais têm um corte setorial (educação, saúde[...]). Em outras palavras, é possível dizer que à assistência social compete processar a distribuição das demais políticas sociais e também avançar no reconhecimento dos direitos sociais dos excluídos brasileiros. (MPAS, 1995, p. 20)

Portanto, a assistência passa a ser dever e garantia de serviços e benefícios pelo Estado, rompendo com a ideia de ajuda e favor.

A partir da implementação de tal política, ocorre a descentralização que se dá por meio de uma divisão de tarefas e responsabilidades entre as regiões. “A descentralização busca aproximar as respostas do Estado (via as políticas sociais) da realidade local, compreendendo as diferenças e especificidades a serem alvo da política de assistência social”. (ROSA, 2006, p.4).

Assim, cabem aos estados e municípios a coordenação e execução de programas e cabe ao Estado coordenar e normatizar a política de assistência social, por meio das diretrizes apontadas na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e na LOAS, que devem ser seguidas a nível nacional, mas respeitando a especificidade de sua execução em nível local.

Tendo em vista que estas ações devem acontecer de forma integrada, pressupondo um comando único em cada esfera de governo, além de viabilizar instrumentos que incentivem a participação e o controle social, como os conselhos, fundos e planos de assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS /2004 (p.41) enfatiza esta centralidade da família e a afirma enquanto “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida”.

A PNAS (2004), em vários momentos aborda a centralidade da família no âmbito da assistência social, incluindo principalmente a implementação dos programas, projetos, serviços e benefícios.

Nos dias atuais, a prioridade do governo se dá por meio da privatização, mercadorização da vida social, supressão de direitos e refilantropização, de modo que,

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de infraestrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação, etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado (MOTA, 2010, p. 59).

É importante ressaltar que na sociedade brasileira, dada sua profunda desigualdade social, a vulnerabilidade social vem aumentando e conseqüentemente aumenta-se a exigência das famílias desenvolverem estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. Portanto, é cabível ressaltar e reforçar a importância da política de Assistência Social juntamente com a Seguridade Social, como direito de cidadania, articulada à lógica da universalidade, possuindo esta política um papel fundamental no processo de emancipação do sujeito.

Assim, pode-se concluir que apesar da política de assistência social promover a autonomia e o protagonismo familiar, ao mesmo tempo ela torna a família dependente dela para sua produção e reprodução. Tornando difícil de ser alcançada a emancipação familiar, pois esta última não pode ser efetivada em uma política que

busca garantir o atendimento às necessidades básicas através de ações e programas focais e descontínuos, cujo objetivo é aliviar a pobreza conservando a desigualdade social, criando assim uma dependência da assistência social.

Portanto, é necessária a atuação do Estado e a descentralização, mas também a participação da sociedade civil nos processos decisórios da política de assistência social para que seja efetivada de fato, conforme consta o art. 5º, inciso II da LOAS, além da articulação da Política de Assistência Social à lógica da universalidade.

#### **4.2 Políticas públicas, Serviço Social e trabalho com famílias**

O trabalho com famílias constitui uma preocupação para os profissionais da área tanto pela atualização sobre o tema quanto pela sua complexidade, como diz Mioto (2004) a sua discussão envolve inúmeros aspectos como as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, também há outros aspectos inerentes, como a história e o desenvolvimento da profissão. Para Campos e Mioto (2003) desde a instituição da Lei dos Pobres, havia a preocupação de “se tratar a família como a unidade, quando se trata de agir em relação à miséria”.

Somente a partir da construção do Estado de Bem-Estar Social, mais precisamente em uma conjuntura internacional dos anos de 1930, que a família se torna alvo de atuação e intervenção do Estado, que com isso passa a identificar nesta a importância no processo de reprodução social.

Ainda assim, estas famílias eram vistas com certo estigma de família de trabalhadores, pois eram atendidos enquanto sua classe e não quanto aos seus direitos de cidadãos necessitados, uma vez que a garantia para o atendimento era ser trabalhador visando assim, o pleno emprego. Posteriormente que surge a ideia de pensar como política pública, principalmente a Política de Proteção Social.

Por isso concordamos com Amaral (2001) que afirma que a família é uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar.

Pode-se entender que com isso, vem crescendo a visão de que a família é ponto importante da estratégia de integração das diversas políticas sociais.

Por outro lado, pode-se afirmar que a família, tem sido cada vez mais requisitada pelo Estado a assumir responsabilidades em determinados segmentos como, por exemplo, criança e adolescente, idosos, pessoas com necessidades especiais, entre outros, que enfatizam que é dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Estado, assegurar atendimento e a garantia de direitos dos mesmos.

Nos dias atuais, com a ofensiva neoliberal, parca proteção social e as políticas focalizadas em consequência do retraimento do Estado, a família acaba respondendo a esta deficiência sem ter condições para tal. “É fato que o Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.” (Gomes e Pereira, 2006, p.361).

Há a promoção e apoio às famílias vulneráveis através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas, mas falta ainda o reconhecimento das mesmas, como objeto de políticas públicas, de garantia universal priorizando assim a minimização da pobreza, o acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e proteção integral às suas crianças e adolescentes.

Com isso se identifica que há uma priorização da responsabilidade à família, pois conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS),

A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. (PNAS, 2004, p.41).

Portanto o Estado se desresponsabiliza de suas ações junto aos usuários da assistência social e responsabiliza a família, sendo que subsidia somente a parte vulnerável que não possa assumir tal responsabilidade, através de medidas socioeducativas e/ou de repasse financeiro, sendo este o papel de proteção estatal.

Diante disto, entende-se que a Política Nacional de Assistência Social, traz como proposta a prioridade em trabalhos sócio-educativos e focalizando as diferentes situações apresentadas. Sendo assim Gueiros (2002) afirma que:

Conhecer a família da qual se fala e para a qual muitas vezes dirigimos nossa prática profissional é muito importante; também é imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessária a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social; entretanto, o mais fundamental é que o indivíduo e sua família tenham efetivas condições para prover sua autonomia, sejam respeitados em seus direitos civis e sociais (acesso à

educação, à saúde, à justiça e ao trabalho) e contem com a possibilidade de elevação do nível de qualidade de vida, aspectos estes inerentes à construção da cidadania. (GUEIROS, 2002, p. 119-120)

Portanto, o relevante é trazer esta discussão chamando a reflexão dos profissionais que trabalham na implantação e execução da Política Nacional de Assistência Social. De modo que o Estado intervenha através de políticas públicas de caráter universal, assegurando a proteção social, reconhecendo a família e seus direitos.

Para isto, não há como definir um modelo de família, pois esta possui suas particularidades e possui diferentes formas de enfrentamento as consequências deste modo de produção e das transformações da sociedade capitalista, que repercuti no incentivo ao consumo e na dinâmica social e familiar.

Conforme o modelo de proteção social previsto na política de assistência social e sua normatização pela NOB/SUAS/2005, a família é o pilar central na tríade composta também pelo Estado e o mercado. É relevante ressaltar que, como dito anteriormente, o Estado intervém apenas quando a família é falha em seu “meio de proteção”.

Assim, é claro que o modelo de política social implementado no Brasil, é caracterizado pelo seu enfoque na centralidade da família. Apresentando a família como principal foco de atuação e de proteção de seus membros.

Nos dias atuais não podemos deixar de lado além de novos arranjos familiares – como, por exemplo, mães como chefes de família, casais homossexuais, etc, -, as novas demandas sociais, como o envelhecimento da população e a gravidez precoce, que impactam no interior destas famílias, exigindo novas estratégias para proteção social de seus membros.

Deste modo é primordial a garantia do Estado ao acesso a programas, projetos, serviços e benefícios de proteção aos indivíduos e famílias. Para que a família, não seja responsabilizada das mazelas sofridas e nem seja alvo do solidarismo.

No Brasil, segundo Pereira (2006) “a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social”. Para ela “os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros”. (p.29). Percebe-se então, que o objetivo das funções das políticas sociais nos direciona a entender que a proteção social da assistência

social tem como foco a família, no qual dá atenção para apoio da concretização de direitos.

Retomando, Pereira (2008, p.39) aponta que “a partir dos anos de 1990, com a adoção de políticas neoliberais, a novidade no campo da proteção social foi à introdução da parceria entre Estado, mercado e sociedade”.

Assim o voluntarismo e o solidarismo começaram a envolver a família respaldando os desamparados pelo Estado e suas políticas. Neste processo, o mercado ampara somente os que possuem emprego e o Estado não assume seu papel interventor. Entende-se que neste processo o modelo da política de Assistência Social protege a população via mercado e que somente em situações de grave risco e vulnerabilidade é que a família deve ser amparada pelo Estado, ou seja, um modelo de redução protetiva do Estado, e ainda com o surgimento de instituições/fundações ocorre assim, uma divisão de responsabilidades entre Estado, mercado e família. Pereira nos relata que,

o propósito que está por trás do Welfare pluralism é o de dismantlar direitos conquistados pela sociedade nas arenas políticas, em nome de uma divisão de responsabilidades, que pode ressuscitar desigualdades já abominadas pelo avanço civilizatório.(PEREIRA, 2008, p.201)

Este modelo de proteção social faz compreender que está cabe de preferência à família, através de um discurso de apelo ao solidarismo e voluntarismo que contribuem para a redução do papel protetivo do Estado e da garantia dos direitos sociais.

A concentração de renda que há no Brasil propicia a desigualdade social e a pauperização em uma parcela da população, exige do Estado a efetivação de políticas públicas para conter a marginalização e a subalternização.

Faleiros (2004) esclarece que as políticas sociais se relacionam com as exigências do capital, para se valorizar e reproduzir a força de trabalho e com as lutas sociais, bem como com as crises do capitalismo. Ou seja, a política social é um âmbito de correlação de forças inerentes ao sistema capitalista, um terreno de luta de classes que está inserida numa relação de concessão e conquista, segundo Pastorini (2007, p 90) que acrescenta que as políticas sociais “(...) devem ser pensadas como uma relação entre classes, como uma mediação entre a sociedade civil e o Estado, que reflete sua dupla característica de coerção e consenso, de concessão e conquista”.

A família é a principal instituição do ser humano, onde inicia seus valores e princípios com expectativa de preparar o indivíduo para a vida em sociedade, incluindo-o nas relações sociais através da construção de sua identidade pessoal. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. (Vitale, 2004).

Diante disto, é que o Estado através da assistência social propõe políticas públicas com foco na família, atestando que está no centro das políticas de proteção social, como podemos ver, segundo Carvalho (2005), os serviços coletivos implementados pelas políticas sociais estão combinando diversas modalidades de atendimento ancorados na família e na comunidade, com destaque para serviços e programas assistenciais.

As famílias pauperizadas são marcadas pela fome e miséria, uma vez que seus lares apresentam um espaço de privação e instabilidade de seus laços afetivos e de solidariedade. Levando em conta estas famílias pauperizadas e em situação de vulnerabilidade social, segundo Gomes (2003), quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, a superação desta situação se dá de forma muito fragmentada, uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, resultando, assim, na sua desestruturação. A realidade das famílias pobres não traz no seu seio familiar a harmonia para que ela possa ser a propulsora do desenvolvimento saudável de seus membros, uma vez que seus direitos estão sendo negados.

É neste momento que o Estado deve assegurar direitos e propiciar condições para o desenvolvimento destas famílias, porém os investimentos públicos na área social estão cada vez mais escassos. O Brasil é um país que tem sua característica marcada pela enorme desigualdade na distribuição de renda e elevado nível de pobreza, excluindo a população pauperizada ao acesso as condições mínimas de cidadania. Isto acentua ainda mais as desigualdades sociais e de renda entre as famílias e reforça a submissão aos serviços públicos. Segundo Gomes e Pereira (2005, p.361) “É fato, na sociedade brasileira, a crise do Estado resultante da dificuldade do país de garantir o crescimento econômico e solucionar questões sociais”.

Essa crise se materializa na vida da população e ela é atingida pela ineficácia de políticas públicas. Diante da ausência de políticas de proteção social e em consequência do retraimento do Estado a família pauperizada é obrigada a responder por esta ausência, sem ter condições para tal. Portanto o Estado se desresponsabiliza

de sua intervenção na área social e deposita na família uma responsabilidade que ela não suporta devido a sua situação de vulnerabilidade social socioeconômica.

Ao abordar a centralidade sociofamiliar na política de assistência social, é importante compreender que família é essa e quais suas configurações. A família deve ser compreendida a partir do contexto em que vive, seus costumes e valores, que estão em constante transformação. É importante ressaltar que a família atua sobre e reflete as mudanças sociais, ou seja, tem importante papel no movimento da sociedade.

Essa centralidade presente no SUAS, traz em sua base, a concepção de que todas as outras necessidades e públicos da assistência social estão, de alguma maneira, vinculados à família, quer seja no momento de utilização dos programas, projetos e serviços da Assistência, quer seja, no início do ciclo que gera a necessidade do indivíduo vir a ser alvo da atenção da política. (ROSA, 2006, p.6).

Segundo o NOB/05 p. 90, “a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social”.

Visto que, de modo geral, os usuários da política de assistência social, têm diferentes necessidades em diferentes áreas, de acordo com seus perfis e subjetividades, mas que atinge toda a família, o trabalho com família deve ser de forma integral.

Nas famílias que dependem da intervenção e benefícios governamentais, ou seja, as pobres, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, o desemprego e o trabalho informal muitas vezes fazem parte das realidades delas, assim como as habitações inadequadas, a rede de apoio pública que é precária, bem como a rede de apoio familiar ou de vizinhança que deixa a desejar, pois há a impossibilidade de oferecer ajuda já que se encontram-se na mesma situação de pobreza. Para, além disto, os bairros onde residem estas famílias, em sua maioria periféricos, não oferece infraestrutura básica, os deixando em condições precárias e negando o acesso aos direitos sociais. Portanto é necessário compreender estas famílias considerando suas diversas configurações a fim de trazê-las ao convívio social.

O trabalho com famílias, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade social-exige uma equipe formada por pessoas com diferentes conhecimentos, formações e olhares, ou seja, há necessidade de um trabalho interdisciplinar. O Serviço Social vem registrando, nas últimas décadas, um desenvolvimento significativo de conhecimentos e sistematização de seu corpo teórico-



metodológico, ampliando suas atividades de ensino e pesquisa, como também em planejamento e execução de políticas sociais em instituições públicas e privadas. (ROSA, 2006, p.10).

Assim, com a crescente preocupação das políticas públicas em desenvolver ações voltadas para a família, o assistente social tem papel decisivo neste trabalho, de forma que compreende a questão social e faz a análise da política social de acordo com a relação entre Estado e sociedade, visto que está tradicionalmente engajado nestas questões, bem como com o auxílio de profissionais de outras áreas favorecendo assim um trabalho interdisciplinar com diferentes conhecimentos e olhares.

Destaca-se o fato do assistente social ser parte de uma estrutura técnico-administrativa que privilegia ações de planejamento e assessoria, e que por exigência do mercado de trabalho ultrapassa a execução das ações emergenciais de repasses de benefícios e orientações básicas aos usuários, tradicionalmente conferidas aos profissionais de Serviço Social. Ao assistente social ainda se colocam outros desafios como, por exemplo, aquelas relacionadas à consolidação e aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social; da Lei do SUS Sistema Único de Saúde e do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros. (ROSA, 2006, p.10).

Portanto o trabalho do Serviço Social com famílias deve ser norteado a partir do entendimento que as pessoas têm suas próprias histórias e particularidades e então deve ser resgatado pelo profissional os saberes e habilidades destes usuários, tendo em vista uma perspectiva emancipatória, de modo que venha a partir de uma abordagem cidadã, orientando sobre direitos sociais para possibilitar o acesso às políticas sociais e garantir seus direitos, fortalecendo assim, o protagonismo social, visando concretizar a emancipação, e para tornar possíveis esses pressupostos é fundamental favorecer a reflexão crítica dessas famílias. Para isto, é fundamental que no trabalho com famílias o assistente social deve desenvolver competência técnica, ética e política de acordo com o código de ética profissional e na direção do projeto ético-político da profissão.

#### **4.3 Uma breve avaliação do trabalho do Serviço Social com famílias no meu campo de estágio**

O campo de estágio o qual me inseri foi na área da saúde, no Hospital Federal de Bonsucesso, no setor da emergência, a inserção foi realizada através de um processo seletivo por prova. A área da saúde em primeiro momento, estava entre minhas prioridades, pois, no meu ponto de vista abrange diversas situações e expressões da questão social, conforme o passar do tempo, fui delimitando meu interesse para a área da assistência.

No setor da emergência há um trabalho de articulação multiprofissional e em conjunto para apoio aos familiares. Este se dá por meio de processos de orientação, articulação, proteção social e institucionalização, por isso é fundamental a participação da família neste momento para dar o suporte necessário ao usuário e encaminhá-lo a proteção social, onde as principais demandas são quanto aos benefícios assistenciais, no qual grande quantidade da população usuária se encaixava ou necessitava devido à processos de atendimentos à grande quantidade de famílias de alguma forma vulnerabilizada.

O Serviço Social no Hospital Federal de Bonsucesso trabalha de acordo com a Política de Saúde e atende basicamente demandas espontâneas e voluntárias na emergência, além das abordagens no leito de cada paciente para verificação de acompanhantes e outros processos. As principais demandas são espontâneas e precisam de respostas imediatas, e cabe ao Serviço Social, de acordo com os pacientes internados ir atrás e identificar quais usuários necessitam de sua intervenção.

O perfil de usuário atendido pelo Serviço Social na emergência não é específico e atende as mais variadas expressões da questão social, sem restrição e sem um tipo específico de usuário. Dentre os grupos que mais se destacam temos crianças e adolescentes: Víctima ou suspeita de maus tratos, violência e/ou negligência; sob o efeito de drogas e/ou acompanhado por adultos sob o efeito desta; abrigados, sob a tutela Judicial ou em situação de rua; situações envolvendo conflitos familiares. Idosos: Víctima ou suspeita de maus tratos, violência e/ou negligência; abrigados, em situação de abandono ou em situação de rua. Adultos: Em situação de rua e/ou sem documentação; vítimas de violência; vítimas de acidente de trânsito; vítimas de acidente de trabalho; paciente e/ou núcleo familiar em situação de extrema pobreza. Perfis patológicos: Pacientes crônicos (oncológicos, insuficiência renal, etc); pessoas atendidas por conta de abuso de drogas; pessoas com transtorno mental; pessoa com deficiência.

Também se visa uma articulação multiprofissional, pois muitos usuários e familiares muitas vezes chegam com questionamentos, principalmente ao Serviço Social, sobre relações institucionais como transferências e outros procedimentos que precisam de autorização o que enfatiza a falta de articulação entre profissionais e a falta de divulgação sobre os procedimentos da emergência e a atuação e atribuição de cada profissional.

A equipe de Serviço Social da instituição fundamenta a sua atuação profissional através do Código de ética profissional, com ênfase na defesa dos direitos humanos, entendendo que a sua atuação e intervenção é de suma importância para a emancipação do indivíduo.

O assistente social que se encontra inserido no setor da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso tem como intervenção profissional acolher e orientar os acompanhantes e usuários/pacientes, buscar demandas sociais que revelem as múltiplas expressões da questão social, traçando assim uma linha de atuação que responda as demandas sociais dos usuários/pacientes internados, a fim de orientar/encaminhar quanto aos seus direitos.

O estágio na área da saúde, no meu ponto de vista, constitui uma gama de conhecimento em diferentes áreas e demandas sociais, mas também se faz revelar e questionar como acadêmica, alguns processos de trabalho que não são especificamente para os profissionais de Serviço Social, mas que surgem como demanda institucional, e, portanto, cabe a nós revelar, tal orientação ao usuário. Por exemplo, no setor de emergência, do Hospital Federal de Bonsucesso, há um grande número de demandas sobre orientação de rotina do setor, como horário de acompanhantes e de visitantes. Neste momento, cabe ao profissional, para além da orientação pontual, buscar entender a dinâmica de cuidados e social do usuário, a pessoa que se responsabiliza por isso e as demandas sociais por trás deste momento pontual.

Porém, da mesma forma, há uma grande demanda em relação a situação de abandono de idosos, cujo a grande maioria possui familiares, mas que na maioria das vezes por culpa das circunstâncias estes não conseguem assumir os seus cuidados, ocorrendo assim muitas vezes, um longo período de internação, devido ao fato deste idoso estar desprotegido socialmente e o Estado não se responsabilizar pela implementação de seus direitos. Como é percebido neste campo de estágio, há uma carência de acesso há instituições de abrigamento para idosos, pelo fato de muitas estarem lotadas ou por não atenderem o perfil do idoso, desta forma cabe à nossa profissão buscar articulação junto ao Ministério Público, do mesmo modo que orientamos procura a Defensoria Pública a fim de garantir ao acesso a diferentes direitos a diferentes perfis de usuários.

Da mesma forma, temos uma demanda considerada de idosos que precisam no momento de um representante legal ou que estão com o salário cerceado. Cabe

ao Serviço Social fazer orientações quanto ao acesso e direito no campo judiciário, como procuração e curatela, deste modo é uma área externa à saúde, mas que traz muitas demandas neste campo. Este processo às vezes é demorado, porque o Serviço Social trabalha principalmente no campo da família e quando há a falta desta instituição, cabe a nós procurarmos um representante adequado e encaminhá-lo a instituição específica e também pela falta de articulação com outras instituições e com profissionais de Serviço Social que trabalham em outras áreas.

Há também uma demanda considerável de usuários que buscam a inserção em programas e benefícios assistenciais, ou desconhecem estes. A partir do processo de busca ativas e de acordo com o perfil do usuário, orientamos como se realiza tal processo na área de assistência e encaminhamos ao órgão específico para orientação e inserção neste processo. Bem como a demanda saliente de usuário que requerem a previdência, cabe a nós saber orientar quanto ao acesso de auxílios, licenças e aposentadorias, mas muitas vezes esta orientação acaba sendo parca devido à falta de diálogo entre assistentes sócias que atuam em áreas diferentes.

Quanto ao público infante-juvenil além dos processos de assistência e diferentes direitos específicos, cabe a nós através de busca ativas e às vezes por contato prévio da equipe multidisciplinar à equipe de Serviço Social, articular a intervenção sob diferentes formas de violação de direitos, como negligência, abuso, situação irregular de guarda e outras. Desta forma cabe o conhecimento para orientação e a articulação interinstitucional profissional.

Cabe destacar a importância do meu estágio curricular e desta monografia para minha formação profissional, visto que algumas situações vividas em meu campo de estágio que me levaram a escolhe deste tema, como por exemplo, a necessidade da articulação e do diálogo entre as variadas áreas de atuação do Serviço Social, bem como um trabalho contínuo e em conjunto e não como uma maneira individualista de cada profissional, visto que o usuário apresenta variadas expressões da questão social. Um exemplo seria a articulação dos Cras e Creas com as instituições de saúde de acordo com a territorialidade - tendo em vista que era esse processo que fazia muitas vezes falta para uma melhor intervenção profissional – pois, esta falta de diálogo, no Hospital Federal de Bonsucesso – e que também deve ocorrer muitos hospitais -, muitas vezes levava a uma não realização integral da intervenção uma vez que os profissionais não sabiam passar algumas informações principalmente quanto aos direitos dos usuários.

Portanto, este trabalho revela a grande demanda de usuários em algum tipo de situação de vulnerabilidade social e que dependem de sua família para ajudar na intervenção juntamente com o assistente social, verificando assim a parca intervenção estatal. Na área da saúde diferentes formas de intervenção conforme o perfil dos usuários e suas necessidades sociais, a fim de promover o acesso aos seus direitos e quando for o caso, inserção institucional. Para isso cabe ao profissional de Serviço Social estar bem articulado com o conhecimento destas diferentes áreas de atuação e intervenção, além da articulação do trabalho multiprofissional e interinstitucional.

De acordo com isto o assistente social deve realizar sua intervenção de modo que considere a totalidade, de forma crítica, objetivando a emancipação do sujeito e o acesso a direitos, na qual as ações devem estar de acordo com os princípios ético-políticos da profissão. Buscando, o profissional, desprender-se da base histórica, enriquecendo sua instrumentalidade e exercício reconhecendo a dimensão política da profissão, de modo que invista na construção de alternativas que sejam instrumentais à superação da ordem social do capital.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao objetivo proposto que possibilitou direcionar os estudos sobre o tema desta monografia, é que, por fim traçaram-se algumas considerações conclusivas que vieram ao encontro dos questionamentos que motivaram este estudo.

Em síntese foi abordado no capítulo I, pontos principais como o capitalismo, a questão social, concepções de família conforme a história, a modernização da sociedade e as responsabilidades estatais. No capítulo II, a questão social, políticas sociais, Seguridade Social e Serviço Social, de modo geral, como as políticas sociais respondem às expressões da questão sócia. E no capítulo III, o Serviço Social, a política pública de Assistência Social e seu diálogo com a família, uma análise histórica da PNAS, a centralidade da família e o trabalho do Serviço Social com famílias em situação de vulnerabilidade social.

Cabe destacar a importância do meu estágio curricular e desta monografia para minha formação profissional, visto que algumas situações vividas em meu campo de estágio que me levaram a escolhe deste tema, como por exemplo, a necessidade da articulação e do diálogo entre as variadas áreas de atuação do serviço social, bem como um trabalho contínuo e em conjunto não como uma maneira individual, visto que o usuário apresenta variadas expressões da questão social. Um exemplo seria a articulação dos Cras e Creas com as instituições de saúde da área de territorialidade, tendo em vista que era esse processo que fazia muitas vezes falta para uma melhor intervenção profissional, pois esta falta de diálogo, no Hospital em que estagiei, muitas vezes levava a uma não realização integral da intervenção uma vez que os profissionais não sabiam passar algumas informações principalmente quanto aos direitos dos usuários.

A discussão sobre proteção social, Estado e questão social, evidenciou a importância da organização da classe trabalhadora. Mas, diante da atual conjuntura, a proteção social, como direito social garantido a partir da organização da classe trabalhadora frente à questão social, hoje passa por um desmonte, uma fragmentação, pela desresponsabilização do Estado e ascensão do chamado terceiro setor na provisão da proteção social.

A partir da discussão sobre família, serviço social assistência social e Estado, pode-se concluir que, apesar da política de assistência social promover a autonomia e o protagonismo familiar, ao mesmo tempo ela torna a família dependente dela para sua produção e reprodução. Tornando difícil de ser alcançada a emancipação familiar,

já que não pode ser efetivada por uma política que busca garantir o atendimento às necessidades básicas através de ações e programas focais e descontínuos, cujo objetivo é aliviar a pobreza conservando a desigualdade social, criando assim uma dependência da assistência social. Com a ofensiva neoliberal, e parca proteção social, a família acaba respondendo a sua deficiência sem ter condições para tal, pois o Estado se desresponsabiliza e subsidia apenas os mais vulneráveis.

Pode-se entender que um dos principais problemas do Brasil para combate da pobreza e da miséria é a desigualdade social.

Portanto, é necessária a plena atuação do Estado, bem como a participação da sociedade civil nos processos decisórios da política de assistência social para que seja efetivada de fato, conforme consta o art. 5º, inciso II da LOAS.

O Brasil sofre com a grande concentração de renda e com um volume aceitável de riqueza que está mal distribuída. O Brasil não é um país pobre, e sim um país desigual. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (Barros *et al.*, 2000a), o Brasil ocupa o nono lugar em renda *per capita*, dentre os países em desenvolvimento, mas cai para o vigésimo quinto lugar quando se fala da proporção de pobres. Isto afirma que o país ao mesmo tempo em que tem alta renda também é de uma extrema pobreza, pois ao mesmo tempo em que se coloca entre os mais ricos, integra um dos mais pobres entre os países em desenvolvimento. Isto significa que há uma elevada concentração de renda, forte desigualdade social e má distribuição da riqueza.

Este elevado nível de pobreza e de famílias em situação de vulnerabilidade social que dependem da intervenção estatal tem como determinante a desigualdade social e econômica de inclusão e distribuição de renda do Brasil, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes.

Diante de uma crise estatal visível na sociedade brasileira, que vem da dificuldade de garantir o crescimento econômico e solucionar questões sociais, ela se materializa na vida da população, de forma que é atingida pela ineficácia ou inexistência de políticas públicas e retraimento do Estado, e diante disto, a família é obrigada a responder por suas deficiências sem ter condições para tal, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Entendo que o Estado deve pensar em políticas públicas de caráter universalistas, potencializando suas ações propostas, assegurando a proteção social

e reconhecendo a família e seus direitos. Sendo assim a família assegurada pelo governo de forma concreta para prover seus direitos e promover sua autonomia através de políticas públicas de apoio à família pobre e acesso a bens e serviços sociais com intuito de combater à desigualdade social.

Pode-se dizer que a PNAS, tomando como um de seus princípios a descentralização, designou a coordenação e normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas às esferas estadual e municipal, dando uma garantia do comando único das ações em cada esfera de governo, entendendo que como uma forma de respeitar as características socioterritoriais locais, através de um novo elemento que define e organiza o Sistema Único da Assistência Social, a territorialização, entendendo e respeitando assim, a necessidade de cada município e obtendo uma melhor eficiência e cobertura social.

Segundo a PNAS, a descentralização aliada à territorialização, permite a redistribuição do poder e a tomada de decisão mais próxima do local onde reside a população, considerando assim as demandas e desigualdades socioterritoriais, sendo assim o indicador social um meio fundamental para percepção dos problemas sociais e necessidades da população daquela área.

Para além disto, a PNAS acrescenta uma nova diretriz, a centralidade na família, que traz como um de seus eixos estruturantes a matricialidade sóciofamiliar, buscando esta centralidade visando a superação da focalização, principalmente em relação às crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência, etc, colocando assim, o Estado como responsável principal e referência nacional para a consolidação da assistência social como política pública.

É visível que a PNAS inova quando se enfoca na centralidade na família e na perspectiva socioterritorial, bem como seus princípios e diretrizes que apontam para a universalização do sistema; a territorialização; a descentralização político-administrativa; a padronização dos serviços de assistência social; a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos; a garantia da proteção social; a substituição do paradigma assistencialista e a articulação de ações e competências com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, políticas sociais e esferas governamentais, o que torna o trabalho do profissional de Serviço Social na área de assistência social principalmente, submetido a uma maneira mais orientada, com melhor intervenção e propostas político-interventivas.



Na constituição vigente, o conceito de família é abordado em seu artigo 226, §§ 3º e 4º, que abrange tais arranjos: união formada por casamento; união estável entre homem e mulher e a comunidade formada por qualquer um dos genitores. Na (PNAS/2004, p.41) a família é entendida como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”.

Já a (NOB/SUAS/20052, p.90), compreende o seguinte conceito de família “como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero”.

Fica claro que, as funções da proteção social previstas na assistência social elegem a família como foco de atenção e apoio na concretização de direitos. Também é cabível ressaltar e reforçar a importância da política de Assistência Social juntamente com a Seguridade Social, como direito de cidadania, articulada à lógica da universalidade, possuindo esta política um papel fundamental no processo de emancipação do sujeito.

Assim, pode-se concluir que apesar da Política de Assistência Social promover a autonomia e o protagonismo familiar, ao mesmo tempo ela torna a família dependente dela para sua produção e reprodução. Tornando difícil de ser alcançada a emancipação familiar, pois esta última não pode ser efetivada em uma conjuntura política que busca garantir o atendimento às necessidades básicas através de ações e programas focais e descontínuos, cujo objetivo é aliviar a pobreza conservando a desigualdade social, criando assim uma dependência da assistência social. Contudo é relevante ressaltar os avanços que a PNAS caracterizaram no âmbito da assistência social, reconhecendo o indivíduo e seus direitos, bem como a família e como este processo é de suma importância para a o Serviço Social - uma vez que um dos seus principais meios de intervenção é a família - pois este avanço trouxe benefícios para a intervenção profissional, bem como os melhores reconhecimento e articulação do indivíduo e seus direitos com base no Código de Ética profissional. Por fim, ainda que sofra pressão do neoliberalismo e de programas focais de governo, a PNAS torna possível o alcance da universalização do acesso, bem como o governo que não deixa de prestar sua responsabilidade, tendo em vista que o maior problema do desmonte da política e seus direitos são as circunstâncias conjunturais do capitalismo.

## 6. Referências bibliográficas

ANDERSEN, Gosta Esping. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova, São Paulo, no.24 , p: 98, Setembro, 1990.

ARAÚJO, Maria Fátima. Família, modernização capitalista e democracia: retomando alguns marcos do antigo debate sobre as transformações da família no Brasil. **Tempo e argumento**. Revista do programa de pós-graduação em história da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 180 – 198, jan/jun. 2011.

BASTOS, Rogério Lustosa. **Ciência humanas e complexidades**; Projetos, métodos e técnicas da pesquisa o caos, a nova ciência. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. V.1.

BEHRING, Eliane Rossetti. Seguridade Social no Brasil: perspectivas e interfaces. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-082.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilasio. **A reforma previdenciária no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho**. Cortez Editora, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. 2006. Disponível em <<http://www.egem.org.br>, Acesso em: 21 de outubro de 2014.

CASTILHO, Cleide de Fátima Viana; CARLOTO, Cássia Maria. O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero?. Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.CleideCastilho.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**; História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. 6ed. São Paulo: Edusp,1996.

GOMES, Mônica Araújo. Filhos de ninguém? Um estudo das representações sociais sobre família de adolescentes em situação de rua. Fortaleza, 2003. Dissertação de mestrado profissional em saúde da criança e do adolescente. Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.10 no.2, p: 358 e 359, abril/junho. 2005

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS; ABEPSS; Cead/NED-UnB. **Capacitação em Serviço Social e política social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Módulo 4. Brasília: CEAD, p.53-63, 2000.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**; O breve século XX 1914-199. São Paulo: Editora companhia das letras, 1993. P. 314-336.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**; Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez Editora, 2011. P. 343-377.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Síntese de Indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, nº 34, 2014. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2014/SIS\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf). Acesso em: 29 de abril de 2014.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Rio de Janeiro, ano 9, volume 16(1), P: 171-196. 2005.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. A proteção social da família brasileira contemporânea: reflexões sobre a dimensão simbólica das políticas públicas. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Nathalieltabora\\_i.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Nathalieltabora_i.pdf). Acesso em: 3 de setembro de 2014

LUSTOSA, Dayane Sanara de Matos. Flexibilização/precarização das relações de trabalho no Brasil, Revista Âmbito Jurídico, 2014. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7332](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7332). Acesso em: 20 de abril de 2014.

MARX, Karl. **O capital**, vol.I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MISES, Ludwig von. Socialism, 1922. Disponível em: <http://www.epochtimes.com.br/mises-familia/#.VC20cvldXWg> . Acesso em : 2 de outubro de 2014.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, nº20, p. 127-138, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 16-101.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. Comunicação no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. Estado, regulação social e controle democrático. In: PEREIRA, P. A.P. (Org). Política Social e Democracia. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002, cap.1.p. 25-42.

PNAS/ 2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Política Nacional de Assistência Social, Novembro 2005. Disponível em : <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf> . Acesso em : 9 de março de 2014.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. A centralidade da família na política de assistência social. São Paulo, 2006, Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100011&script=sci\\_arttext#nt03](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100011&script=sci_arttext#nt03). Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

ROZA, Isis Silva; LOPES, Jussara de Cássia Soares. Limites da assistência social no atendimento às famílias em tempos de capital fetiche. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/LIMITES%20DA%20ASSIST%C3%8ANCIA%20SOCIAL%20NO%20ATENDIMENTO%20%C3%80S%20FAM%C3%8DLIAS%20EM%20TEMPOS%20DE%20CAPITAL%20FETICHE.pdf>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2014.

SANTOS, Maria Elina Carvalho Medeiros dos. As determinações do capitalismo contemporâneo na sociabilidade: Analisando a família da classe trabalhadora. Maranhão, 2007. III Jornada Internacional de Políticas Públicas Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. Programa de pós-graduação em políticas públicas da Universidade Federal do Maranhão.

SANTOS, Sandra Neres. Serviço Social: Apropriação da teoria social marxista e formação profissional crítica. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DA%20TEORIA%20SOCIAL%20MARXISTA.pdf>. Acesso em: 14 de abril de 2014

SARTI, Cynthia Andersen, 1996. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Ed. Autores Associados, Campinas. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol13\\_n2\\_1996/vol13\\_n2\\_1994\\_9resenas\\_223\\_224.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol13_n2_1996/vol13_n2_1994_9resenas_223_224.pdf). Acesso em: 20 de agosto de 2014

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. *As economias políticas dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, 2012. Instituto de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.